

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO
ESCOLAR À ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE
APOIO/MONITOR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Manoela da Fonseca

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2016

Manoela da Fonseca

**DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR À ATUAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Federal de Santa Maria, Centro
de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiane Romano de Souza Bridi

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria de Oliveira Pavão

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2016

Manoela da Fonseca

**DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR À ATUAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Federal de Santa Maria, Centro
de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Aprovada em 26 de outubro de 2016:

Prof^a. Dr^a. Fabiane Romano de Souza Bridi (UFSM)
(Presidente/orientador)

Prof^a. Dr^a. Sílvia Maria de Oliveira Pavão (UFSM)
(Coorientador)

Prof^a. Dr^a. Silvia Márcia Ferreira Meletti (UEL)

Prof^a. Dr^a. Fabiane Adela Tonetto Costas (UFSM)

Prof^a. Dr^a. Tatiane Negrini (UFSM - Suplente)

*Um anjo do céu
Que trouxe pra mim
É a mais bonita
A joia perfeita
Que é pra eu cuidar
Que é pra eu amar
Gota cristalina
Tem toda inocência*

*Bem!
Oh meu bem!
Não chore não
Vou cantar pra você...*

*Um anjo do céu
Que me escolheu
Serei o seu porto
Guardião da pureza
Que é pra eu cuidar
Que é pra eu amar
Gota cristalina
Tem toda inocência*

*Bem!
Oh meu bem!
Não chore não
Vou cantar pra você...*

(MASKAVO – UM ANJO DO CÉU)

Ao João Gabriel, que me ensinou a ver a vida com outros olhos, a ouvir a melodia mais bela e transformá-la na mais linda mensagem de paz. Serei o teu porto, joia mais rara, que é pra eu cuidar, amar...

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma questão de percepção... olhar ao redor e perceber quem esteve ao nosso lado... Neste momento gostaria de demonstrar minha gratidão àqueles que me acompanharam neste momento único.

Primeiramente agradeço à minha orientadora. Obrigada por me guiar neste caminho que nem sempre foi feito de linhas retas e sem obstáculos. Obrigada pelas leituras cuidadosas dos meus textos, pelo conhecimento no campo da educação especial, pelo incentivo, mesmo quando tropecei; me permitindo levantar outra vez, entendendo meu tempo e me dizendo que eu era capaz de ir além.

À professora Silvia Pavão, por sua coorientação cuidadosa e atenciosa. Obrigada pelo tempo disponibilizado e pelos diálogos que tivemos, buscando sempre o melhor a ser feito.

Às professoras Silvia Márcia Ferreira Meletti, Fabiane Adela Toneto Costas e Tatiane Negrini pelo carinho, atenção, compreensão, possibilidades e pelas valiosas contribuições para a construção desta pesquisa.

Ao meu filho João Gabriel, por partilhar comigo seu mundo de criança, por me oferecer o amor da forma mais pura e inocente e por me permitir retribuir da minha melhor forma.

Aos meus pais Eva e Clóvis pelo incentivo, pelo amor incondicional e por acreditarem que eu chegaria até aqui.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Escolarização e Inclusão – UFSM, grupo onde construí vínculos que se perpetuarão no álbum da vida. Obrigada a cada um pelos diálogos, pelas leituras e reflexões e pelo conhecimento que produzimos juntos.

À Escola Medianeira – alunos, pais, professores, funcionários, coordenação e direção – pelas vivências, pelas possibilidades, pelo apoio e disponibilidade.

À escola que abriu suas portas para minha pesquisa, à professora da educação especial e aos profissionais de apoio/monitores pela disponibilidade e atenção.

À querida colega e amiga Maiandra, obrigada por dividir comigo momentos de felicidade e de angústias. Obrigada pela escuta e pelo ombro amigo.

Ao colega Ernane, pelas experiências, diálogos e auxílio da coleta inicial dos dados de pesquisa.

À amiga Elisandra, que me permitiu sorrir ou chorar sempre quando foi necessário. Pelo apoio constante, pelas leituras, pelas discussões teóricas e pelas partilhas.

Ao Pedro, Lucas, Davi e Ana, por me permitirem levá-los comigo para o espaço acadêmico. Agradeço pelas descobertas, aventuras e inquietações que me causaram.

Enfim, a todos que contribuíram e estiveram ao meu lado. Muito obrigada!

RESUMO

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR À ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR

AUTORA: Manoela da Fonseca

ORIENTADOR: Fabiane Romano de Souza Bridi

COORIENTADOR: Silvia Maria de Oliveira Pavão

O presente estudo intitulado “Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor” tem como objetivo geral conhecer como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede privada de ensino do município de Santa Maria. O percurso investigativo é caracterizado pelo pensamento sistêmico e segue a abordagem metodológica na perspectiva da bricolagem. A partir de autores como Vasconcellos (2013) e Kincheloe e Berry (2009), parte-se da premissa de que a realidade é construída a partir das relações estabelecidas. Os estudos de Larrosa (2002) permeiam os movimentos de pesquisa e tecem redes de experiências. Uma aproximação analítica com as políticas públicas de inclusão escolar a partir do referencial teórico proposto por Maturana (2009), Maturana e Varela (2011), Meirieu (2002), Schlichting e Barcelos (2012), Carneiro (2015), Martins (2011) entre outros, permitiu uma breve caracterização da atuação do profissional de apoio/monitor previsto nos documentos legais. A rede privada de ensino, como local de pesquisa, foi mapeada através de dados estatísticos-educacionais, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, oportunizando novos movimentos de aproximação. O contexto da pesquisa se deu na escola identificada como “A”. O instrumento metodológico utilizado foi a entrevista semiestruturada, na qual participaram cinco profissionais de apoio/monitores e uma professora da educação especial. Na perspectiva de que os espaços consensuais de linguagem produzem uma realidade compartilhada, analisou-se como vem ocorrendo o serviço deste profissional em uma rede de ensino que é pouco explorada. Dois grandes eixos conduziram as análises: possibilidades de atuação e as concepções sobre o profissional de apoio/monitor no contexto escolar. Dentre as evidências, destaca-se a preferência que a escola tem por profissionais vinculados ao campo da educação especial para atuarem como profissionais de apoio/monitores, bem como um entendimento de que estes devem atuar pedagogicamente com os alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Entre as funções exercidas estão a realização do Atendimento Educacional Especializado, verificação de planejamentos e avaliações e aplicação dos mesmos. Os sujeitos da pesquisa reconhecem que sua atuação profissional está além das funções específicas de apoio à higiene, locomoção e alimentação, assumindo responsabilidades que extrapolam o que é previsto nas políticas públicas de inclusão escolar. Observa-se que trabalhar como profissional de apoio/monitor não envolve profissão regulamentada e não constitui um campo de saber específico, mas sim uma função dentro do contexto escolar, podendo esta ser exercida por profissionais de diferentes áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão Escolar. Profissional de Apoio.

ABSTRACT

FROM THE PUBLIC POLICIES OF SCHOOL INCLUSION TO THE PRACTICE OF THE SUPPORTING PROFESSIONAL/MONITOR

AUTHOR: Manoela da Fonseca
ADVISOR: Fabiane Romano de Souza Bridi
CO-ADVISOR: Silvia Maria de Oliveira Pavão

The present study entitled “From the public policies of school inclusion to the practice of the supporting professional/monitor” aims at getting to know how the practice of the supporting professional/monitor occurs in the context of a private school in the city of Santa Maria. The investigation is characterized by the systemic thinking and the methodological approach follows the bricolage perspective. From authors like Vasconcellos (2013); Kincheloe and Berry (2009) – the assumption is that reality is built from the established relations. Larrosa’s studies (2002) permeates the research movements and create experience networks. An analytical approach with the public policies of school inclusion from the theoretical background proposed by Maturana (2009), Maturana e Varela (2011), Meirieu (2002), Schlichting e Barcelos (2012), Carneiro (2015), Martins (2011) among others allowed a brief characterization in the practice of the support professional/monitor according to the legal documents. The private school network, as research location, was mapped through the statistics-educational data which were available in the National Institute of Educational Studies and Research – (INEP, abbreviation in Portuguese) – providing new opportunities of approaching. The context of the research took place in the school identified as “A”. The methodological tool used was a semi structured interview, and five supporting professionals/monitors and a special education teacher took part in it. In the perspective that the consensual spaces of language produce a shared reality, it was possible to analyze how the service of this professional has been happening in a school network which is poorly studied. Two wide axes conducted the analyses: opportunities for action; conceptions about the supporting professional/monitor in the school context. Considering all the evidence, it is important to highlight that the school prefers professionals connected to the field of special education in order to work with these supporting professionals/monitors, as well as an understanding that these ones must act pedagogically with students who are the target of Special Education enrolled in the regular school system. Among the practices, one of them is carrying out the Specialized Education Service, checking the planning and evaluations and carrying them out. The researched individuals acknowledge that their profession practice is beyond the specific functions of support and hygiene, locomotion and feeding, they take responsibilities which go beyond what is mentioned in the public policies of school inclusion. It is also observed that working as a supporting professional/monitor does not involve a regulated profession and it does not constitute a specific field of knowledge, however it does involve a role inside the school context, and that can be performed by professionals from different areas.

KEYWORDS: Special Education. School Inclusion. Supporting Professional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Nomenclaturas e definições/funções dos profissionais de apoio/monitores nos documentos orientadores da educação especial.....	34
Quadro 2 - Profissionais de apoio/monitor. Formação. Tempo de atuação como profissional de apoio/monitor. Tempo de atuação na escola pesquisada. Ano Base – 2016.	49
Quadro 3 - Diagnóstico dos alunos que são acompanhados por profissional de apoio/monitor.....	68
Quadro 4 - Diagnóstico dos alunos em situação de inclusão escolar. Idade e ano de escolarização.	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Escolas da rede privada de ensino de Santa Maria com maior número de alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Número total de alunos por escola. Porcentagem de alunos público-alvo da educação especial matriculado	37
Tabela 2 - Escolas da rede privada de ensino de Santa Maria. Número total de alunos por escola. Número de alunos público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino. Número de profissional de apoio/monitor. Ano Base – 2015.	41

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – PRODUÇÃO CIENTÍFICA REFERENTE À TEMÁTICA PROFISSIONAL DE APOIO, PUBLICADA NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, NO PERÍODO DE 2008 – 2014.....	822
APÊNDICE B – PRODUÇÃO CIENTÍFICA REFERENTE À TEMÁTICA PROFISSIONAL DE APOIO, PUBLICADA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES, NO PERÍODO DE 2010 – 2014.	833
APÊNDICE C – ESCOLAS DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE SANTA MARIA COM MATRÍCULA DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	844
APÊNDICE D – CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE DADOS INICIAIS DA PESQUISA.....	855
APÊNDICE E – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA88.....	88
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PROFISSIONAIS DE APOIO/MONITORES	889
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	900
APÊNDICE H – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	911
APÊNDICE I – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	922
APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	933

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
1. REFLEXÕES INICIAIS.....	13
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM SOBRE O PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR?	24
2.1. AS DISTINTAS REALIDADES NAS REDES DE ENSINO.....	27
3. MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO	32
3.1. ESTABELECENDO ALGUNS PONTOS DE CONEXÃO	42
4. UM LUGAR DE ENCONTRO	44
5. POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO.....	48
6. CONCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR NO CONTEXTO ESCOLAR.....	61
7. MOMENTO DE REFLEXÃO: POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	77
APÊNDICES	81

1. REFLEXÕES INICIAIS

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. (LARROSA, 2002, p. 21).

Considerando a experiência como aquilo que nos toca, me vi atravessada pelas experiências vividas no último semestre do curso de graduação em educação especial de 2013. Essas experiências envolveram atuações que se misturavam, entre o cuidado e o agir pedagógico, em um contexto inclusivo, permitindo reflexões e indagações que me conduziram pela presente pesquisa.

Desse modo, ao atuar como estagiária em uma escola da rede particular de ensino no município de Santa Maria, fui monitora/tutora¹ do Pedro², um aluno de 14 anos de idade e com Síndrome de Down, o qual frequentava uma turma de 6º ano do ensino fundamental. Diariamente, eu acompanhava o aluno em suas atividades pedagógicas, mediando o desenvolvimento das mesmas. Com 12 professores, dividia minhas angústias em relação ao processo de aprendizagem do aluno, bem como as possibilidades de adaptação das atividades, e as dissonâncias que surgiam entre o conhecimento do aluno e o conhecimento trabalhado em sala de aula. Mais tarde, 04 desses 12 professores foram “sujeitos” da minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Quando pesquisei sobre a concepção dos professores a partir do tema Inclusão Escolar, percebi que a compreensão destes apontava para a atuação do monitor/tutor como necessária nesse contexto inclusivo. Eles afirmavam que não conseguiriam atender todos os alunos da turma tendo um aluno público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino³. Assim, parecia ser necessária a presença do monitor/tutor, considerando que este, na visão destes professores, era responsável pelos aspectos pedagógicos, ajudando o professor na atenção necessária ao aluno em situação de inclusão escolar.

¹ O termo monitor/tutor é utilizado nos contextos das escolas da rede privada de ensino para referenciar o profissional que atua em sala de aula com alunos em situação de inclusão escolar.

² Os nomes utilizados são fictícios para manter a identidade dos alunos.

³ Conforme a Resolução nº 04/09 (BRASIL, 2009, p.1), documento elaborado a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), entende-se por alunos público-alvo da educação especial aqueles com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Envolvida pela pesquisa de conclusão do curso de graduação, fui descobrindo que o cargo que eu ocupava na escola era o cargo de profissional de apoio⁴, que exercia a monitoria e devia ocupar-se das funções de apoio para higiene, locomoção e alimentação dos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino.

A cena a seguir marcou momentos da minha experiência e me fez refletir sobre a minha função frente à inclusão escolar.

Cena 1:

Pedro fez uma cirurgia. Ficou pouco mais de uma semana afastado da escola. Durante esse período, fiz contato diário com os doze professores do aluno, e alguns me entregaram atividades para o menino. Minha função era de ir até a casa de Pedro, a cada dois dias, e desenvolver com ele as atividades disponibilizadas. Logo após o seu retorno, devido a problemas de saúde, fiquei ausente do contexto escolar por uma semana. Ao retornar para a escola, a professora me informou que em consenso com a coordenação, o aluno não fez a avaliação em virtude da minha ausência e que então eu deveria aplicá-la com o aluno. A professora comentou que, enquanto a turma fez a prova, ela ficou trabalhando com Pedro, e que isso só foi possível porque a turma estava em silêncio.

A minha atuação se refletia em sala de aula e nas práticas pedagógicas, além disso; a presença de um aluno público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino em sala de aula era um desafio para a escola e gerava dúvidas e incertezas ao professor do ensino comum. Quando há uma relação que se liga e se altera à medida que o professor reconhece o outro como legítimo na convivência (MATURANA, 2009), este professor percebe um sujeito capaz de aprender e de estar na escola e começa a buscar por outros meios de ensinar, uma diversidade de metodologias e mediações que priorizam a aprendizagem da criança.

Com essa reorganização de contexto, a aposta que o professor faz reflete na relação pedagógica. Meirieu (2002, p.73) afirma que esta relação “emerge quando os sujeitos em questão vão além da gestão mais ou menos eficaz de seus afetos para chegar a uma aventura recíproca, a um reconhecimento incondicional do outro”. É exigida uma relação de reconhecimento do outro enquanto sujeito capaz de aprender.

⁴ Entendo, a partir das dimensões legais, o profissional de apoio como aquele que atua dentro da escola para dar suporte ao processo de inclusão. No contexto deste trabalho usarei o termo profissional de apoio/monitor, entendendo como aquele que atua nas questões de apoio à higiene, alimentação e locomoção.

Quando eu estava em sala de aula com o professor, eu fazia um processo de mediação; e quando não estava, por vezes, o aluno ficava sem fazer as suas atividades em função da minha ausência. Isso pode se dar devido às interpretações que cada sujeito faz sobre a presença do profissional de apoio/monitor. Os professores entendiam que eu era responsável pelo aluno em situação de inclusão escolar.

Pedro tinha seu ritmo mais lento, demorava para copiar e nem sempre acompanhava a turma, e eu me tornava responsável pelo seu tempo. Havia uma relação de dependência à minha figura, tanto do aluno quanto dos professores, considerando a aprendizagem de Pedro.

A minha presença em sala de aula gerava uma reorganização na dinâmica de trabalho do grupo, pois os professores passavam a contar com o meu apoio, delegando a mim o desenvolvimento de funções com o aluno, as quais envolviam o campo pedagógico. Além disso, o educando, em seu processo de aprender, também passou a precisar da minha intervenção. Minha presença desequilibrava e produzia efeitos (perturbava⁵), reorganizando a dinâmica do grupo e de relacionamento entre professor e aluno, assim como nos processos de aprendizagem.

Com uma realidade tecida coletivamente e com a presença dos sujeitos que compõe a dinâmica da sala de aula, produz-se um certo nível de organização do sistema na sala de aula. Maturana (1998) aponta a organização do sistema como a permissão de reconhecer o organismo como pertencente a um grupo. O processo de pertencimento e trocas sucessivas é o que Maturana e Varela (2011) denominam de acoplamento estrutural.

Ainda nesse intento, Schlichting e Barcelos (2012, p. 118) ressaltam que “o acoplamento estrutural aparece como uma dinâmica entre o ser vivo humano e todo seu entorno vivo e não vivo”. É uma correspondência estrutural entre o sistema e o meio. Desse modo, ao me ausentar da sala de aula, é como se parte da estrutura fosse retirada, e assim, professor e alunos precisassem se readequar de outra forma e reorganizar a dinâmica das relações.

Ao concluir a minha graduação em educação especial, continuei como profissional de apoio/monitora do aluno Pedro no turno da manhã, e no turno da

⁵As interações de um sistema vivo com o meio constituem-se como perturbações recíprocas cujo resultado será mudanças estruturais mútuas e congruentes, ao qual Maturana e Varela (2011) denominam de ontogenia.

tarde passei a atuar com mais dois alunos de uma turma de 1º ano do ensino fundamental, Lucas⁶ (10 anos), com deficiência múltipla e Davi (7 anos), com autismo. Com o Pedro, a minha função era eminentemente pedagógica, já com o Lucas e o Davi, a minha intervenção, além de ser pedagógica, envolvia também ações de cuidado e higiene.

Nesse contexto escolar, havia outros profissionais de apoio/monitores que realizavam as mesmas funções que eu. Trabalhávamos dentro da sala de aula com os processos pedagógicos e acompanhávamos os alunos em situação de inclusão escolar em todos os espaços. Dependendo das necessidades dos alunos, auxiliávamos nos aspectos de higiene, locomoção e alimentação.

Cena 2:

Toda sexta-feira, recebia o planejamento das aulas da semana seguinte, tanto da turma quanto das adaptações necessárias para cada aluno. A mim era concedida a permissão para alterar esses planejamentos adaptados. Durante as aulas, mediava os conteúdos ministrados pela professora.

Os planejamentos de aula eram de responsabilidade dos professores regentes da classe comum, mas, por orientação da escola e da professora da educação especial, eu deveria receber os planejamentos com antecedência, estes poderiam ser ou não aprovados e/ou modificados pelos profissionais de apoio/monitores responsáveis, tendo em vista que profissionais de apoio/monitores tinham formação em educação especial ou estavam próximos de concluírem o curso.

A escola demandava ao profissional de apoio/monitor uma função/responsabilidade pedagógica e uma autoridade sobre aqueles que desenvolviam suas atividades em sala de aula, uma vez que “supervisionávamos” os planejamentos dos professores. Talvez isso acontecesse devido à formação que tinham os profissionais de apoio/monitores, permitindo assim, por parte da coordenação e dos professores, o entendimento de que teríamos um conhecimento específico para trabalhar com os alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino.

Talvez essa situação nos indicasse que a escola entendia a responsabilidade do profissional de apoio/monitor para além do que está previsto nos documentos orientadores, envolvendo uma ação que abarcava a dimensão pedagógica. Na

⁶ Os nomes utilizados são fictícios para manter a identidade dos alunos.

compreensão da escola, minha presença e ausência se refletiam nos processos de ensino e aprendizagem. Era como se eu fosse um instrumento facilitador e amenizador das dificuldades dos alunos, causando um nível de dependência não só dos alunos como dos professores.

O fato de receber o planejamento adaptado e fazer uma “análise” sobre ele, parecia ter vínculo com a compreensão de que a presença de um profissional da área da educação especial em sala de aula permite uma outra visão dos processos de aprendizagem do aluno. Considerando este contexto, de que forma a minha presença poderia contribuir para que a professora pudesse pensar em seu planejamento pedagógico? Ou será que minha formação, também pedagógica, permitia que fosse delegado a mim o processo de adaptação deste planejamento?

No ano seguinte, Pedro passou para o 7º ano e eu continuei acompanhando-o em sala de aula, o mesmo aconteceu com Davi, ao ser aprovado para o 2º ano do ensino fundamental; enquanto que Lucas foi para outra turma, também de 2º ano. Neste mesmo ano, passei a trabalhar com a Ana (11 anos), aluna com deficiência múltipla. A pedido de seus pais, Ana repetiu o 2º ano, tornando-se colega de Davi. Trabalhei durante o ano de 2014 com o Pedro no 7º ano e com o Davi e a Ana no 2º ano.

Com o Pedro, Davi e Ana, permaneci exercendo ações de caráter pedagógico. Questionava-me diariamente sobre como se dava esse processo de monitoria. Quais eram as minhas funções? O que caracterizava a ação do profissional de apoio/monitor dentro da escola? Quais eram as responsabilidades que cabiam ao profissional de apoio/monitor? Estas responsabilidades delegadas aos profissionais de apoio/monitores se restringiam ao que estava previsto nos documentos legais? No momento em que exerci a função de monitoria, esta ação se caracterizava, e ainda se caracteriza, como muito nova e incipiente no campo da educação especial. A atuação do profissional de apoio/monitor está para além do campo da educação especial, apresentando-se no contexto das escolas.

Dessa forma, temos um contexto permeado por algumas incertezas, pois a área de monitoria ainda está em formação. Larrosa (2002) nos ajuda a pensar sobre as incertezas na experiência.

[...] a experiência tem sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Além disso, posto que não se pode antecipar o resultado, a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se

conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”. (LARROSA, 2002, p.28).

Entendo o campo profissional de apoio/monitor na escola como uma área em construção. Há uma dimensão da própria reinvenção que é possível de ser feita a partir da experiência e também das nossas ações. Não me contentava com o fato de cada um desses alunos necessitar, diariamente, da minha presença, assim como alguns professores, que precisavam de mim mais do que os próprios alunos.

Quando eu estava ausente, Pedro não fazia suas avaliações junto com a turma, ele ficava na sala de aula desenvolvendo outras atividades. Pedro e seus professores esperavam o meu retorno para aplicação das provas. Quando Pedro esquecia seus materiais, diferentemente dos seus colegas, não levava bilhete para casa, ou seja, não sendo exigido pelos professores, tal como estes exigiam dos demais alunos.

Com os alunos do turno da tarde (Lucas, Davi e Ana), os aspectos exigidos em comparação com a turma pareciam ser mais semelhantes. As professoras conseguiam ministrar suas aulas sem a minha presença. As demais crianças da turma me viam como uma segunda professora. Questionava-me porque com o grupo de alunos de menor idade era possível desenvolver um trabalho mais vinculado ao grupo e menos centrado no sujeito, já que com Pedro o trabalho precisava ser pautado no indivíduo. Algumas hipóteses podem e merecem ser ponderadas: talvez isso se desse pela organização curricular que se difere nos níveis de ensino em que se encontravam os alunos, talvez pela dissonância entre idade e conhecimento escolar; talvez pela complexidade dos conteúdos escolares ou talvez pelo fato de que, à medida que as exigências da escola vão aumentando, o papel do profissional de apoio/monitor vai se individualizando, vai se restringindo; havendo uma “des-responsabilização” da escola em relação ao sujeito com deficiência.

Cena 3:

Com minha seleção no Mestrado, no ano de 2014, conversei com a direção da escola sobre a possibilidade de continuar como profissional de apoio/monitora, estando na sala de aula três vezes por semana. Nos outros dois dias da semana me propus a realizar o atendimento individualizado para os alunos que já auxiliava, visto que a escola não possuía o serviço de Atendimento Educacional Especializado. Porém, minha proposta não foi aceita, a direção considerou que não havia possibilidade de me ausentar e deixar os alunos, alegando que as professoras não dariam conta dos 30

alunos da sala de aula sem a profissional de apoio/monitora. Com a minha opção pelo Mestrado, outra profissional, também formada em educação especial, assumiu a minha função.

A partir dessas situações, perguntava-me: quando esses alunos não precisariam mais de mim? Como o trabalho desenvolvido possibilitaria às crianças agirem de forma independente como os demais? Será que eram necessárias tantas adaptações? Será que, por meio dessas adaptações, não tornávamos fácil demais o desenvolvimento das atividades e a proposição dos conteúdos escolares? Ou será que exigíamos menos, subjugando a capacidade desses sujeitos?

A turma ser composta por 30 alunos, tendo entre eles de 1 a 2 alunos em situação de inclusão escolar é um fator importante a ser considerado. O parecer nº 56/2006, da Comissão Especial de Educação Especial, ao orientar a implementação das normas que regulamentam a educação especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul menciona que,

A escola comum, na constituição das turmas, pode incluir, no máximo, 3 (três) alunos com necessidades educacionais especiais semelhantes por turma, devendo ser admitida a lotação máxima de 20 (vinte) alunos na pré-escola, 20 (vinte) nos anos iniciais do ensino fundamental e 25 (vinte e cinco) nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em se tratando de inclusão de pessoas com deficiências diferenciadas, admite-se, no máximo, 2 (dois) alunos por turma, sempre a critério da equipe escolar. (RS, 2006, p. 9-10)

Entendo que a escola da rede privada de ensino deve seguir a mesma legislação vigente nas demais redes de ensino, e, portanto, deve reduzir o número de alunos por turma havendo, nesta, a presença de alunos em situação de inclusão escolar. Capellini e Rodrigues (2009), ao apontarem as concepções dos professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva, concluem que um desses fatores que tem se tornado agravante é o número de alunos colocados na mesma sala. Este fator é frequentemente apontado como empecilho para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Embora documentos das políticas nacionais voltadas à educação especial apontem medidas para um processo de inclusão escolar, entende-se que problematizar no espaço acadêmico as práticas pedagógicas seja de extrema importância, pois contribui na formação de um profissional mais reflexivo. Larrosa (2002, p. 21) assegura que “[...] pensar não é somente ‘raciocinar’ ou ‘calcular’ ou

‘argumentar’, como nos tem sido ensinado algumas vezes. Pensar ‘é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece’”.

Os elementos apontados até aqui referem-se ao objeto de estudo desenvolvido no âmbito da pesquisa realizada durante o processo de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. O interesse pela temática se deu pelas experiências assumidas durante minha formação acadêmica a nível de graduação, no interm do grupo de pesquisa no qual participo (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Escolarização e Inclusão – UFSM) que possibilitou-me a aproximação com outros contextos escolares, e ainda na constituição enquanto professora da educação especial, assumindo este cargo no ano de 2015 em uma outra escola da rede privada de ensino⁷.

Neste contexto, além das funções de professora da educação especial, passei a gerir o serviço de sete profissionais de apoio/monitores, com contratação familiar, o que me fez novamente refletir sobre esse processo. Comecei a questionar como o profissional de apoio/monitor entende sua função dentro da escola, considerando o sentido polissêmico possível de ser observado nos diferentes contextos escolares.

Como diz Larrosa (2002, p. 27), “se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo [...]”. Esses diferentes momentos que vivi estão ligados por um fio que conduz a pesquisa, que se desenrola no decorrer do texto e que dá sentido à produção.

“No desenrolar do fio”, a pesquisa problematiza a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino do município de Santa Maria. Como questões norteadoras, indago: **Como se caracteriza a atuação do profissional de apoio/monitor em uma escola da rede particular de ensino no município de Santa Maria? Como esses profissionais compreendem a sua atuação no contexto escolar?**

⁷ Fui contratada como professora da educação especial num momento histórico e jurídico vivido na cidade de Santa Maria: uma determinação legal obrigou todas as escolas da rede particular de ensino a oferta do Atendimento Educacional Especializado, ao mesmo tempo em que tenciona a presença do profissional de apoio/monitor para todos os alunos em situação de inclusão escolar. Durante o ano de 2015 diversas audiências públicas foram realizadas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, através da Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santa Maria a fim de organizar a educação inclusiva em escolas da rede privada de ensino.

O presente trabalho tem por objetivo investigar como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor, buscando conhecer quem são estes profissionais, quais funções exercem dentro do contexto escolar e como compreendem a sua atuação dentro desse espaço. Para tanto contemplar-se-á, no trabalho, a importância da linguagem, da aceitação do outro, das interações entre sujeito e meio, da complexidade e da experiência como base de pesquisa.

Explorar o que vem sendo produzido na temática da pesquisa se compõe como uma das maneiras de se construir um percurso investigativo. Assim, buscou-se elaborar um mapa do que foi produzido nos últimos seis anos (2008-2014). O ano de início escolhido foi em virtude da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que se constitui como documento norteador para a Educação Inclusiva e que provoca efeitos na organização das redes de ensino e na configuração das práticas pedagógicas no âmbito das escolas. Também é a partir desta política que a figura do profissional de apoio/monitor ganha força nos contextos escolares.

Essa procura envolveu os descritores: profissional de apoio, monitor, cuidador e auxiliar de ensino com privilégio ao campo da educação especial. Foram acessadas as produções científicas disponíveis no Portal de Periódico CAPES⁸, Banco de Teses e Dissertações CAPES⁹, Portal Scielo¹⁰, Portal Redalyc¹¹, Biblioteca Digital Mundial¹², Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/BCO UFSCar¹³ e Lume Repositório Digital UFRGS¹⁴.

No que se refere ao portal de Periódicos CAPES, encontrou-se apenas um artigo a partir do descritor “Auxiliar de Ensino”, produzido no ano de 2012. Com os demais descritores, não foi possível identificar produções acadêmicas (Apêndice A).

Stemalchuk e Mazzota (2012) problematizam a atuação dos professores regentes e supervisores escolares em relação aos os alunos com deficiência intelectual da Rede Pública Municipal de União da Vitória – PR, tendo em sala de aula apenas um auxiliar. Os autores questionam acerca da formação dos profissionais que atuam com estes alunos, bem como a orientação dos auxiliares,

⁸ Disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 03 de setembro de 2014.

⁹ Disponível em <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>> Acesso em: 03 de setembro de 2014.

¹⁰ Disponível em <<http://search.scielo.org/>> Acesso em: 03 de setembro de 2014.

¹¹ Disponível em <<http://www.redalyc.org/BuscadorTextoCompleto.oa>> Acesso em 09 de setembro de 2014.

¹² Disponível em <<http://www.wdl.org/pt/>> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

¹³ Disponível em <www.bco.ufscar.br/> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

¹⁴ Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1>> Acesso em: 06 de outubro de 2014.

além disso, os autores apontam que os professores consideram que seus alunos com deficiência intelectual apresentam maior necessidade de apoio no campo pedagógico.

O apoio do auxiliar em sala de aula é visto pelos supervisores escolares e professores como importante para o desenvolvimento acadêmico e social da criança, no entanto é questionado quanto ao desenvolvimento da autonomia do educando. Outros questionamentos são levantados em relação ao perfil e formação do auxiliar. Ainda segundo Stemalchuk e Mazzota (2012), não há critérios para a contratação dos auxiliares nem documentos que orientem sobre a função dos mesmos no espaço escolar, verificando que há necessidade da elaboração de documentos orientadores com atribuições específicas, bem como cursos de formação tanto para os supervisores escolares e professores quanto para os auxiliares.

No Banco de Teses e Dissertações CAPES foram encontradas duas dissertações, ambas produzidas no ano de 2011, uma a partir do descritor “Monitor” e outra a partir do descritor “profissional de apoio”. Não foram encontrados outros trabalhos científicos com os demais descritores. Cabe ressaltar que esse banco disponibiliza apenas as produções acadêmicas a partir do ano de 2010 (Apêndice B).

Melo (2011) discute sobre o processo de inclusão escolar de uma pessoa cega no curso de Licenciatura em Música, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entre os sujeitos pesquisados como sistema de apoio ao processo inclusivo está um monitor de apoio em teoria musical, no entanto não há aprofundamento sobre a função deste, sendo apenas citado como um dos sistemas de apoio para o acadêmico. Como resultados, o autor aponta a necessidade de um projeto de acessibilidade curricular para a Universidade.

As discussões sobre o profissional de apoio são realizadas por Martins (2011), que investigou de que forma a atuação do profissional de apoio tem sido organizada para os sujeitos da educação especial na classe comum, no que se refere às etapas da educação infantil e ensino fundamental na Regional Grande Florianópolis – SC.

A pesquisadora ainda elenca os pontos a serem discutidos, como desvalorização/precarização do trabalho docente, ausência de formação, ausência de propostas governamentais que regularizam o cargo em alguns municípios, baixos

salários, sobrecarga de trabalho e pouca valorização, além da falta de condições para desenvolver o trabalho. A autora entende que as políticas nacionais para a educação especial indicam ausência de aspectos pedagógicos na escolarização dos sujeitos em situação de inclusão escolar.

Nos demais bancos pesquisados não foi possível obter resultados a partir dos descritores utilizados, o que indica a pouca produção investigativa acerca do profissional de apoio no campo educacional.

Nesse sentido, o presente trabalho versa sobre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede particular de ensino de Santa Maria, e tem por objetivo investigar como ocorre esta atuação na tentativa de conhecer quem são estes profissionais, que funções exercem dentro do contexto escolar e como compreendem a sua atuação dentro desse espaço.

O profissional de apoio/monitor é pouco referenciado nos documentos legais e normativos. Pela situação vivenciada é possível perceber que pouco se pensa nos efeitos que se produz no contexto inclusivo a presença desse profissional. Além disso, pode-se perceber também a ausência de publicações no que se refere ao profissional de apoio/monitor, pois a previsão desse profissional em âmbito legal e a presença dele dentro da escola é muito recente.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM SOBRE O PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR?

A presença do profissional de apoio/monitor no contexto das escolas pode ser entendida como um dos dispositivos para a efetivação da inclusão escolar. Esse profissional é mencionado em diferentes documentos e sua função vem sendo apresentada a partir do momento histórico vivido em cada época.

A LDB 9394/96 aponta em seu artigo 58, parágrafo 1º, que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial” (BRASIL, 1996).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução CNE/CEB 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, traz em seu artigo 8º, inciso IV, o serviço de apoio pedagógico especializado, mediante “disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação” (BRASIL, 2001).

Em 2008, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem-se que os sistemas de ensino devem “disponibilizar o monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008, p.11). Nesse documento, ainda consta a obrigatoriedade da escola oferecer as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete. Tais profissionais são apontados como dispositivos para a efetivação da inclusão escolar em uma perspectiva de igualdade de condições no que se refere ao processo educacional.

O profissional de apoio/monitor é apresentado também na Resolução nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial. No art. 10, inciso VI, percebe-se que a oferta do Atendimento Educacional Especializado deve ser prevista no projeto pedagógico das escolas regulares e na sua organização, com “outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2009, p. 2).

Ainda no art.10 da Resolução nº 4/2009, parágrafo único, tem-se que esses profissionais “atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários” (BRASIL, 2009, p. 3).

Nesses documentos, nota-se que a ação deste profissional está voltada para as atividades de apoio à higiene, locomoção e alimentação, e também prevê que este pode se envolver com outras atividades necessárias. Essas “outras atividades” não são especificadas, e esse fato dá margem para diferentes interpretações. Talvez isso nos ajude a entender as múltiplas singularidades na atuação desse profissional nas diferentes escolas.

Na tentativa de sistematizar a atuação do profissional de apoio/monitor tem-se a publicação da Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 produzida com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que vem detalhar a atuação desse profissional.

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para a promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (BRASIL, 2010, p. 01).

Vale ressaltar que este é o primeiro documento que institui o termo “profissional de apoio”. Nos demais documentos, várias foram as nomenclaturas atribuídas (a esse profissional) tais como: serviço de apoio especializado (LDB 9394/96), serviço de apoio pedagógico especializado (Resolução CNE/CEB 2/2001), monitor ou cuidador (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ 2008) e profissionais da educação (Resolução nº 4/2009). Além disso, a Nota Técnica SEESP nº 19/2010 ainda nomeia como profissional de apoio outros profissionais que atuam na escola:

Os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na educação infantil, nas atividades de pátio, na segurança, na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à observação para colaborarem com relação no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes. (BRASIL, 2010, p. 2).

Entende-se que o contexto escolar dispõe de diferentes profissionais de apoio, e que a figura do monitor auxilia na higiene, locomoção e alimentação dos

alunos que necessitam deste apoio individualizado e que não são atendidos pelos demais profissionais da escola.

Na Lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana), de 2012, uma outra nomenclatura é dada ao profissional de apoio/monitor, o “acompanhante especializado”. Essa Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No art. 3º da Lei nº 12.764, parágrafo único, salienta-se que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012). A Nota técnica nº 24/2013 (MEC/SECADI/DPEE) e o Decreto nº 8.368/2014 orientam os sistemas de ensino para a implementação desta Lei nº 12.764.

Tais documentos apresentam a função do profissional de apoio/monitor como um apoio à alimentação, higiene, comunicação ou locomoção; e justificam a necessidade do mesmo quando a escola, em seu contexto geral, não atende à necessidade específica do aluno.

Um novo documento passa a vigorar no ano de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que visa a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiência. Na referida Lei, em seu artigo 3º, o inciso XII considera o profissional de apoio como

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015, p.1).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/15 amplia o termo profissional de apoio para profissional de apoio escolar e reitera a função deste mencionando que deve exercer as mesmas funções no espaço escolar, porém, não pode substituir as profissões legalmente estabelecidas, ou seja, o professor trata-se de uma função legal e, portanto, o profissional de apoio/monitor não deve ocupar a função que é dada ao professor do ensino regular ou ao professor da educação especial.

Pautada pelo princípio da inclusão e participação plena do aluno em situação de inclusão escolar, as políticas de educação vêm orientando os sistemas de ensino a se adequar à presença destes alunos nas escolas. Percebe-se que a ação do profissional de apoio/monitor não é pautada em um papel pedagógico, no entanto, a partir da Resolução nº 4/2009 abrem-se brechas para o entendimento da atuação deste profissional, principalmente por anunciar que esses profissionais devem atuar em “todas as atividades escolares”.

Há uma contradição na legislação ao não especificar a formação necessária para se atuar enquanto profissional de apoio/monitor. Incertezas e perguntas permeiam as distintas interpretações que podem ser feitas sobre a legislação. Que profissional é este? Qual a formação necessária? Com que competências este profissional deve ser formado? Que profissão traz essa atribuição? Bastaria o ensino médio, visto que trata-se de um apoio aos aspectos de higiene, alimentação e locomoção? Qual profissional da área da educação teria atribuição para atuar como profissional de apoio/monitor?

Por isso, conhecer a realidade de como tem se configurado o serviço do profissional de apoio/monitor no ambiente escolar é fundamental para compreender a multiplicidade de atuação, responsabilidades e demanda desse profissional.

Como tessituras iniciais, apresentar-se-á a configuração das três redes de ensino do município de Santa Maria, no que se refere à figura do profissional de apoio/monitor.

2.1. AS DISTINTAS REALIDADES NAS REDES DE ENSINO

Ao olhar para as três distintas redes de ensino do município de Santa Maria, diferentes realidades pode-se observar. Na rede municipal de ensino¹⁵, o profissional de apoio, na figura do monitor, está presente em 32 escolas de um universo de 77¹⁶. Conforme o gestor da educação especial, no ano de 2014, havia na rede municipal de ensino 1.432 alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Destes, 74 alunos são atendidos por 54 profissionais de

¹⁵ Esse tema é discorrido no artigo O PROFISSIONAL DE APOIO NO CONTEXTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA/ RS, de Manoela da Fonseca e Laura Aires da Silva, apresentado no II Colóquio de Educação Especial e Pesquisa: História, política, formação e práticas pedagógicas – 13 e 14 de abril de 2015 – Sorocaba/SP. INSS 2317-7772.

¹⁶ Dados obtidos através de informações fornecidas pelo gestor da educação especial por meio de entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2014.

apoio/monitores. Um único documento, a nível municipal, contempla o serviço do profissional do apoio/monitor: a Resolução CMESM nº 31, de 12 de dezembro de 2011, e é ele que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria/RS.

Nesta Resolução Municipal, os profissionais de apoio/monitores são destinados para alunos com necessidade de apoio à higiene, locomoção e alimentação em consonância com o que está previsto nos documentos legais em nível nacional. Porém, muitas famílias têm recorrido à justiça e obtido o direito da presença deste profissional mesmo quando o aluno não possui as necessidades específicas para a atuação do profissional de apoio/monitor.

Tal posicionamento dá margem a ações condizentes à visão estática sobre a relação entre educandos e a educação escolar que, segundo Mazzotta (1998), indica a correspondência necessária entre educação especial para alunos percebidos como especiais e educação comum para alunos percebidos como comuns. (STELMACHUK; MAZZOTTA. 2012, p. 198).

A Resolução CMESM nº 31/ 2011 menciona que “a formação mínima para o profissional de apoio (auxiliares ou monitores) é em nível médio, podendo acontecer em forma de estágio remunerado” (SANTA MARIA, 2011). A remuneração varia de acordo com a carga horária de cada profissional de apoio/monitor, que vai de 4 a 6 horas diárias¹⁷. A preferência de estagiários para esse cargo se dá por alunos dos cursos de educação especial, pedagogia e psicologia, devido ao conhecimento adquirido sobre o desenvolvimento infantil.

Mesmo com a orientação das políticas públicas para a contratação de um profissional de apoio/monitor que auxilie nas atividades de apoio à higiene, locomoção e alimentação; a contratação de um estagiário nos permite refletir que esse profissional ocupa o lugar de estudante em formação inicial e que não é possível esperar dele uma atuação profissional (CARNEIRO, 2015).

A rede estadual de ensino, composta por 41 escolas, também conta com auxílio do profissional de apoio, na figura do monitor, que tem como função promover a acessibilidade e oferecer apoio em necessidades específicas do aluno, principalmente em relação aos cuidados de higiene, alimentação e locomoção (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

¹⁷ De acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, art. 10.

O caderno pedagógico 01 – A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: diretrizes orientadoras para a rede estadual de ensino do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2014) aponta que a presença do profissional de apoio/monitor se dá em casos de alunos com deficiência física e alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). No que se refere aos alunos com deficiência física,

"[...] deve prevalecer a compreensão do papel do monitor como um agente que apoia diretamente na acessibilidade física do estudante com deficiência física, de modo a garantir sua integridade e participação plena como sujeito de direitos no espaço escolar". (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 44).

Em situações de alunos com TGD, esse apoio amplia-se à medida que o profissional de apoio/monitor também é assessorado em habilidades de organização e adaptação à rotina da escola. O profissional de apoio deve atuar priorizando a participação e autonomia dos alunos no ambiente escolar, visto que a autonomia se constitui como um processo de aprendizagem (RIO GRANDE DO SUL, 2014); e deve ser direcionado pelas orientações do professor da educação especial e do ensino comum.

A Lei Estadual do RS nº 14.448, de 14 de janeiro de 2014, que cria categorias funcionais no Quadro dos Servidores de Escola, reorganizada pela Lei n.º11.672, cria o cargo de Agente Educacional II – Interação com o educando. As atribuições deste cargo envolvem a colaboração com o processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial, matriculados na rede regular de ensino, com atendimento individual, auxiliando nos aspectos de higiene, alimentação e locomoção. O contrato destes profissionais se dá via concurso público ou contrato temporário

Na rede privada de ensino no município de Santa Maria¹⁸, as escolas que apresentam o serviço do profissional de apoio/monitor têm se caracterizado por uma diversidade de possibilidades e elementos, que envolvem desde a contratação e pagamento destes profissionais de apoio/monitores, formação acadêmica e até a definição de funções exercidas nos contextos escolares.

No que se refere à contratação e pagamento deste profissional, algumas escolas contratam o profissional de apoio/monitor e se responsabilizam por essa

¹⁸ As informações aqui apresentadas foram coletadas pela pesquisadora através de cartas de apresentação enviadas para quatro escolas da rede privada de ensino do município de Santa Maria com maior número de alunos em situação de inclusão escolar.

despesa, outras contratam, mas dividem as despesas com a família do aluno. E ainda, algumas famílias se responsabilizam integralmente pelo contrato e pagamento deste profissional, decidindo que profissional vai levar para a escola. Estes fatores envolvem, além de um descumprimento da Lei, na qual a escola é responsável pela contratação e pagamento do profissional de apoio/monitor, questões trabalhistas, onde se tem em um mesmo contexto, profissionais que exercem a mesma função, com distintos direitos e deveres perante a legislação. No entanto, ao ser contratado pela família, quais critérios são utilizados para a decisão de quem contratar? Qual a formação que este profissional necessita possuir? Que atribuição é dada pela família para este profissional atuar em sala de aula, visto que neste espaço ele não é neutro?

Em relação à formação acadêmica dos profissionais de apoio/monitores, encontra-se profissionais com formação em educação especial, acadêmicos do curso de educação especial ou com vínculo em outros cursos de diferentes áreas, tais como pedagogia, educação física e psicologia. Porém, a maioria refere-se ao campo da educação especial. Diante disso, tal elemento aponta para a necessidade de realização de outras pesquisas que se proponham a conhecer as relações entre formação em educação especial e atuação como profissional de apoio/monitor, pois a formação do professor da educação especial parece estar sendo secundarizada, visto que não é este professor que deve acompanhar os alunos em situação de inclusão escolar no que se refere ao apoio à higiene, locomoção e alimentação.

Quanto à orientação dada ao profissional de apoio/monitor, também há uma variação que se estabelece de acordo com a forma de contratação. Há escolas em que esses profissionais são geridos pela professora da educação especial, há escolas em que a direção e a coordenação se responsabilizam pelas orientações; e há ainda aquelas escolas que dão espaço para que as famílias ou equipe de profissionais, que trabalham com os alunos, orientem quais funções que o profissional de apoio/monitor vai exercer no contexto escolar.

Apesar do movimento inicial de aproximação com as diferentes redes de ensino e escolas, é possível perceber que os diferentes contextos têm vivenciado a presença/atuação do profissional de apoio/monitor de formas distintas no que se refere à contratação e pagamento, relações de trabalho, formação e atuação deste profissional. Martins (2011, p.35) aponta que, talvez, o fato de o profissional de apoio/monitor ser mencionado na política nacional, mesmo não sendo elemento

central da mesma, “pode ser um indício da percepção de ações diferenciadas nas redes de ensino” quanto às compreensões que os sistemas de ensino têm sobre estes profissionais. Parece ser este mesmo cenário que temos vivenciado no município de Santa Maria/RS.

3. MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. (LARROSA, 2002, p.27).

Experiências... Contextos... Realidade... Relações... Complexidade... São algumas palavras-chave vinculadas ao pensamento sistêmico, e que caracterizam este movimento investigativo.

O pensamento sistêmico é uma abordagem que compreende o desenvolvimento humano a partir da complexidade. Um pesquisador sistêmico lança seu olhar não apenas para um indivíduo, mas pondera o contexto e as relações que se estabelecem. “Pensar sistemicamente é pensar a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade” (VASCONCELLOS, 2013, p. 147). Ao pensar na atuação do profissional de apoio/monitor, é necessário ampliar o foco de observação. Isto é feito em momentos distintos e descritos na pesquisa como partes dos movimentos de aproximação.

Pellanda (2009, p. 14) anuncia que “usamos o termo complexidade no sentido da não simplificação da realidade, mas pensando em termos de redes onde as diferentes dimensões da realidade se tecem de maneira conjunta e processual”.

Esse estudo vem sendo desenvolvido com base na abordagem metodológica da bricolagem, em que se “destaca o relacionamento entre as formas de ver de um pesquisador e o lugar social de sua história pessoal” (KINCHELOE, 2009, p. 16). O que é passível de identificação com todo o percurso vivenciado na condição de profissional.

Considerando a pesquisa como um ato movido a poder, o pesquisador, enquanto *bricoleur*¹⁹, abandona a busca de algum conceito ingênuo de realismo, concentrando-se em lugar disso, na elucidação de sua posição da

¹⁹ Conforme Kincheloe e Berry (2009) a palavra Bricoleur, de origem francesa, se refere a um “faz tudo” que lança mão das ferramentas que estão disponíveis para realizar uma tarefa.

teia de realidade e nos lugares sociais de outros pesquisadores e nas formas como moldam a produção e a interpretação do conhecimento. (KINCHELOE, 2009, p. 16.).

A bricolagem não apresenta métodos e procedimentos *a priori*, mas isso não significa falta de rigor metodológico, pois “não há métodos ou procedimentos para construir conhecimento por meio da bricolagem como pesquisa” (BERRY, 2007, p.123). Participa-se e responsabiliza-se pelos delineamentos do processo investigativo, assumindo uma dimensão subjetiva no entendimento do papel do pesquisador assumido na construção da realidade.

A atuação do profissional de apoio/monitor é pensada a partir das diretrizes que orientam e configuram uma prática inclusiva. “A razão prática da bricolagem opera em cenários concretos para conectar teoria, técnica e conhecimento de mundo oriundos da experiência” (KINCHELOE, 2009, P.19). Entender como ocorre o serviço do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino do município de Santa Maria permite compreender que a realidade é construída a partir das redes conectivas que se tecem.

Entendendo a bricolagem “como uma forma prática de construir uma ciência crítica da complexidade” (KINCHELOE, 2009, p.10), busca-se fazer uma relação com os estudos de Humberto Maturana e o pensamento sistêmico, na tentativa de encontrar pontos de conexão entre a pesquisa, os estudos aqui apresentados e a abordagem metodológica da bricolagem. As contribuições de Larrosa em relação à experiência também constituem o campo teórico deste trabalho a fim de apresentar os motivos que levam à escolha do tema.

1º MOVIMENTO – UMA INCURSÃO NOS DOCUMENTOS LEGAIS

A busca pelo conhecimento do campo exigiu uma atenção aos documentos legais sobre o profissional de apoio/monitor em âmbito nacional e local. Para isso, trabalhei com a LDB 9394/96; Resolução CNE/CEB Nº 2/2001; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008; Resolução CNE/CEB Nº 4/2009; Nota Técnica nº 19/2010; Lei Nº 12.764/2012; Nota Técnica Nº 24/2013; Decreto nº 8.368/2014; Lei Nº 13.146/2015.

Nos diferentes documentos orientadores, o profissional de apoio/monitor é pensado a partir das diretrizes que orientam e configuram as práticas de uma

política educacional na perspectiva da inclusão escolar. É produto da teia que se configura a partir dos diferentes momentos históricos, políticos e educacionais.

No quadro 1 é apresentado um breve resumo na tentativa de ilustrar como o profissional de apoio/monitor vem sendo mencionado nos documentos analisados e como vem se definindo as funções que este deve exercer no contexto escolar.

Quadro 1 - Nomenclaturas e definições/funções dos profissionais de apoio/monitores nos documentos orientadores da educação especial.

(continua)

Documento	Ano	Nomenclatura	Definição/função
LDB 9394	1996	Serviço de apoio especializado	Atender as peculiaridades da clientela da educação especial.
Resolução CNE/ CEB/ Nº 2	2001	Serviço de apoio pedagógico especializado	Dar apoio necessário à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Monitor ou cuidador	Dar apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.
Resolução CNE/ CEB/ Nº 4	2009	Profissionais da educação	Atuar no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção. Destinado aos alunos público-alvo da educação especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.
Nota Técnica nº 19 / MEC / SEESP / GAB	2010	Profissionais de apoio	Atua na promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.

Quadro 1 - Nomenclaturas e definições/funções dos profissionais de apoio/monitores nos documentos orientadores da educação especial

Fonte: Elaboração da própria autora com base nos documentos utilizados na elaboração da pesquisa.

Quadro 1 – Nomenclaturas e definições/funções dos profissionais de apoio/monitores nos documentos orientadores da educação especial.

(conclusão)

Documento	Ano	Nomenclatura	Definição/função
Lei nº 12.764 Lei Berenice Piana	2012	Acompanhante especializado	Sem outras especificações
Nota Técnica Nº 24 / MEC / SECADI / DPEE	2013	Acompanhante especializado	Deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.
Decreto nº 8.368, que regulamenta a Lei nº 12.764/12	2014	Acompanhante especializado	Disponibilizar apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais.
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	2015	Profissional de Apoio Escolar	Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas

Fonte: Elaboração da própria autora com base nos documentos utilizados na elaboração da pesquisa.

Destaca-se em cor azul a nomenclatura “acompanhante especializado” que vem sendo apresentada nos documentos voltados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no entanto, nenhum desses documentos apresenta aspectos concernentes à “especialização” ou formação deste profissional. Salienta-se que muitos movimentos vêm sendo feitos por profissionais da área da saúde e da educação, bem como familiares de pessoa com TEA, na tentativa de garantias de um processo inclusivo de qualidade que envolva a presença de um apoio especializado. A Nota Técnica nº 24/2013 e o Decreto nº 8.368/2014 definem funções que vão além do apoio à higiene, locomoção e alimentação, dão ênfase aos

processos de interação social e comunicação, que é característico da pessoa com TEA. No entanto, a Lei nº 12.764/2012 não faz referência à atuação deste profissional, apenas garante a presença deste nos contextos escolares, se assim for necessário.

Em rosa destaca-se os documentos que apontam o apoio à higiene, locomoção e alimentação para os alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Nas entrelinhas surgem outras possibilidades de trabalho de um mesmo profissional, mas retira-se o caráter pedagógico que foi instituído pela LDB 9394/96 e modificou-se a partir da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, chegando ao que temos hoje como definição da função deste profissional.

2º MOVIMENTO – UMA APROXIMAÇÃO COM A REDE PRIVADA DE ENSINO

Um segundo movimento direciona o olhar para a rede privada de ensino identificando as escolas desta rede e o número de alunos em situação de inclusão escolar que as frequentam²⁰. Esse mapeamento da rede privada de ensino emergiu dos dados estatísticos-educacionais a nível nacional. Por meio dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, através do acesso aos bancos Data Escola Brasil e Microdados do Censo da Educação Básica (BRASIL, INEP, 2013), foi possível conhecer a realidade desta rede de ensino.

Ao mencionar o Data Escola Brasil, Bridi e Meirelles (2014, p. 755) apontam que este nos permite construir “uma visão mais ampla da organização da rede no que tange a sua estrutura (número de escolas, matrículas e oferta do atendimento educacional especializado)”, quanto aos Microdados, segundo as autoras, “é utilizado para rastreamos o aluno, para olharmos no detalhe do mapa como esse aluno se constitui nessa rede”. As autoras ainda reconhecem que, ao trabalhar com

²⁰ A base do trabalho se dá pelas informações obtidas através do Banco de Dados do Censo de Educação Básica (MEC/INEP) a partir dos dados disponibilizados no Data Escola Brasil, 2014; e do Microdados de 2013. A identificação de quais escolas da rede privada de ensino possuem um maior número de alunos em situação de inclusão escolar se deu através do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

esses bancos como elementos de análise, há uma imprecisão no desenvolvimento desses dados.

Todavia, ainda que haja imprecisão, estes são os dados oficiais do poder público para avaliar e direcionar a implementação e elaboração de políticas públicas. Portanto, é função dos pesquisadores esmiuçarem esses dados, pois o que é anunciado em termos de inclusão no Brasil com bases nos mesmos nem sempre se referem a realidade encontrada.

De acordo com o Data Escola Brasil, atualmente Santa Maria possui 52²¹ escolas privadas que abrangem a educação infantil, ensino fundamental de oito e nove anos, Ensino Médio e Ensino Técnico/Profissionalizante. Para fins deste trabalho, detalha-se 19 escolas que abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, e que possuem alunos em situação de inclusão escolar²². Estas são detalhadas no Apêndice C. De acordo com os Microdados²³, no que se refere ao número de matrículas de alunos em situação de inclusão, quatro escolas destacam-se como podemos ver na tabela 1:

Tabela 1- Escolas da rede privada de ensino de Santa Maria com maior número de alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Número total de alunos por escola. Porcentagem de alunos público-alvo da educação especial matriculado

(continua)

ESCOLA	Nº DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MATRICULADO NA REDE REGULAR DE ENSINO	TOTAL DE ALUNOS NA ESCOLA	% DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MATRICULADO NA REDE REGULAR DE ENSINO
Escola A	19	558	3,40

²¹ Os dados foram obtidos a partir do Data Escola Brasil 2013 (Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam;jsessionid=AB2B33E07341AF8A554287D737AD8616>). Os filtros utilizados foram: Dependência Administrativa Privada; Situação de funcionamento em atividade; Modalidade Ensino Regular.

²² Neste momento os dados foram gerados focando essa etapa de ensino.

²³ Essas informações, ao serem combinadas a partir do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) permite que os dados sejam detalhados se comparados ao banco Data Escola Brasil.

Tabela 1 - Escolas da rede privada de ensino de Santa Maria com maior número de alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Número total de alunos por escola. Porcentagem de alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Ano Base – 2013²⁴.

(Conclusão)

ESCOLA	Nº DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MATRICULADO NA REDE REGULAR DE ENSINO	TOTAL DE ALUNOS NA ESCOLA	% DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MATRICULADO NA REDE REGULAR DE ENSINO
Escola B	10	495	2,02
Escola C	10	448	2,23
Escola D	8	421	1,90

Fonte: Elaboração da própria autora com base nos bancos Data Escola Brasil e nos Microdados do Censo da Educação Básica com ano base 2013.

Conforme tabela 1, a escola A, que possui o maior número de matrículas, é a mesma que possui mais alunos em situação de inclusão escolar matriculados entre a educação infantil e ensino médio.

3º MOVIMENTO – UMA APROXIMAÇÃO COM AS ESCOLAS

Segundo Meletti e Bueno (2013, p.77) “o Censo da Educação Básica é um levantamento anual de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)”. Sendo o principal instrumento para a coleta de dados referentes à educação básica, as informações do banco de dados do Censo Escolar (MEC/INEP, 2013) auxiliaram na escolha das escolas, e a partir destas informações, um primeiro contato foi realizado com as coordenadoras e/ou professoras de educação especial das quatro escolas supracitadas. Essa primeira aproximação foi feita por meio de uma carta de apresentação identificada no Apêndice D, e por meio de coleta de

²⁴ Elaborada com base nos bancos Data Escola Brasil e nos Microdados do Censo da Educação Básica (Brasil, MEC/INEP; 2013).

informações que envolveram os seguintes aspectos: número total de alunos; número de alunos público-alvo da educação especial matriculado na escola; número de profissionais de apoio/monitores; formação dos profissionais de apoio/monitores; forma de contratação dos mesmos.

Os dados aqui apresentados foram disponibilizados através deste contato e se referem ao ano letivo de 2015 e, portanto, se diferenciam dos dados referendados no segundo movimento, fornecendo um novo número de alunos matriculados nas escolas e outro número de alunos em situação de inclusão escolar em cada contexto. A partir disso faço uma breve caracterização das quatro escolas.

Escola A

Escola confessional com 648 alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino, sendo 56 alunos na Educação infantil (Pré-escola), 521 alunos matriculados no Ensino Fundamental de nove anos (anos iniciais – 306/anos finais – 215) e 71 alunos matriculados no Ensino Médio. Possui 15 alunos em situação de inclusão escolar e 10 destes alunos contam com o serviço de 10 profissionais de apoio/monitores.

Três monitores atuam em turno integral na escola. No que se refere à formação, nove profissionais são formados em educação especial e um deles está cursando o primeiro semestre do mesmo curso, recém mencionado. Temos 100% dos profissionais de apoio/monitores pertencentes à área da educação especial (curso de licenciatura).

Todos são contratados pela escola, 30% do salário do profissional de apoio/monitor é pago pela família de cada aluno, os outros 70% desse valor é de responsabilidade da escola. A média salarial nesta escola para o profissional de apoio/monitor é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Escola B

Escola confessional com 551 alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino, organizados por Educação Infantil com 168 alunos (59 alunos em creche e

109 em pré-escola) e 383 alunos matriculados no Ensino Fundamental de nove anos (anos iniciais – 307/ anos finais – 76). Possui 15 alunos em situação de inclusão escolar.

Esse espaço escolar possui 07 profissionais de apoio/monitores que atuam na Educação infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, com 07 alunos em situação de inclusão escolar. Assim como na Escola A, todos os profissionais de apoio/monitores são do campo da educação especial, dos quais dois estão em formação inicial. Um aluno com dislexia possui acompanhamento de profissional de apoio/monitor.

Os profissionais de apoio/monitores são contratados pelas famílias dos alunos. Independente dos diferentes papéis que exercem em sala de aula, devido às exigências da família, todos ocupam o espaço escolar diariamente em um período de 4 horas. O salário dos profissionais de apoio/monitores varia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). Além disso, há contrato de um profissional de apoio/monitor, feito pela escola, que tem como função específica o que está previsto nos documentos legais, ou seja, apoio à higiene, alimentação e locomoção. O mesmo busca atender individualmente a todos os alunos que necessitam deste apoio.

Escola C

Escola confessional, com 499 alunos matriculados. Atende desde a educação infantil até o ensino médio, tendo 73 alunos na educação infantil, 358 alunos no ensino fundamental e 68 alunos no ensino médio.

A escola possui 2 alunos em situação de inclusão escolar²⁵, ambos com deficiência física. Um aluno possui acompanhamento de profissional de apoio/monitor com contrato feito pela família. Outro aluno é acompanhado por sua mãe em todas as atividades da escola.

²⁵ Informação dada pela coordenação da escola.

Escola D

Escola laica, com 459 alunos matriculados, distribuídos entre educação infantil – 61 alunos (creche 15 alunos/ pré-escola 46), ensino fundamental de nove anos – 284 alunos (anos iniciais 163 alunos/ anos finais 121) e ensino médio – 114 alunos. Atualmente a instituição possui 19 alunos em situação de inclusão escolar, 05 deles contam com profissionais de apoio/monitores contratados pela família. A escola ainda conta com 08 auxiliares, sendo estagiárias que atuam em turmas da educação infantil e anos iniciais, em turmas com e sem alunos incluídos. Estas estagiárias são da área da educação especial, pedagogia, psicologia e educação física. Cabe destacar que, apesar de serem reconhecidas como auxiliares de turma, as estagiárias, segundo informações da professora da Educação Especial, atuam em muitas situações diretamente com alunos em situação de inclusão escolar.

No que se refere à presença do profissional de apoio/monitor, a tabela 2 ilustra como as escolas vem organizando este serviço.

Tabela 2 - Escolas da rede privada de ensino de Santa Maria. Número total de alunos por escola. Número de alunos público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino. Número de profissional de apoio/monitor. Ano Base – 2015.

ESCOLA	TOTAL DE ALUNOS NA ESCOLA	Nº DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MATRICULADO NA REDE REGULAR DE ENSINO.	Nº DE PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR
Escola A	648	15	10
Escola B	551	15	7
Escola C	499	2	2
Escola D	459	19	5

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nos dados obtidos com coordenação e/ou professora da educação especial de cada escola, no ano de 2015.

Destaca-se que, das quatro escolas, três são confessionais e uma laica. É importante salientar que a rede privada de ensino é composta por escolas particulares (aquelas em que a família realiza o pagamento da mensalidade) e escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, podendo ou não ser conveniadas com o poder público. As conveniadas recebem recursos do poder público para atendimento gratuito às crianças, no entanto, não é o caso destas escolas.

3.1. ESTABELECENDO ALGUNS PONTOS DE CONEXÃO

Os quatro contextos escolares são marcados por singularidades, e se caracterizam por diferentes atuações do profissional de apoio/monitor. No que tange à contratação e ao pagamento deste profissional, a Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei nº 12.764 (Berenice Piana) preveem que cabe à escola oferecer a presença do profissional de apoio quando houver a demanda do mesmo, portanto entende-se que não cabe à família responsabilizar-se pela garantia desse profissional na escola. É possível observar que, no contexto das escolas, isto não é uma normativa cumprida com todos os profissionais.

Também há uma presença muito forte de profissionais de apoio/monitores vinculados ao campo da educação especial, havendo uma reconfiguração do próprio serviço da educação especial. Devido à falta de orientação e de documentos orientadores quanto à formação exigida para atuar como profissional de apoio/monitor e, talvez, pelo próprio desejo de se ter um profissional que tenha conhecimento sobre as especificidades do aluno, o campo da educação especial vem se tornando potente; assim, abrindo espaço apenas para outras áreas que se ocupem do desenvolvimento humano, como é caso da psicologia, pedagogia e até mesmo da educação física. Isso se torna desafiador e merece uma discussão referente à formação inicial do professor da educação especial e as diferentes atuações que envolvem este profissional.

Há diversos pontos que divergem quanto a quem é esse profissional de apoio, que são desde pais de crianças que necessitam do apoio à higiene, alimentação e locomoção, até profissionais com formação na área específica de educação especial.

Com as peculiaridades de cada escola e o grande número de profissional de apoio/monitor que encontrou-se nos diferentes contextos, surge a necessidade de optar por uma instituição como foco de pesquisa.

Desse modo, essa interpretação permitiu a escolha pela escola A, onde foi possível verificar que tal instituição se utiliza mais do serviço do profissional de apoio em relação às demais escolas, tendo em vista o número de matrículas de alunos em situação de inclusão escolar. Portanto, é necessário olhar para dentro da escola, compreendendo como ocorre esse serviço.

4. UM LUGAR DE ENCONTRO

A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. (LARROSA, 2002, p. 25).

Neste momento, pretende-se tecer a construção do trabalhado que se liga por um fio condutor. As experiências que moveram à pesquisa se desenrolam em meio aos documentos que orientam as funções do profissional de apoio/monitor, sempre na tentativa de rever a prática da pesquisadora e problematizar o que já estava sendo feito.

Após o contato com professoras da educação especial e coordenadoras pedagógicas, traçou-se um panorama de como as quatro instituições mencionadas no presente trabalho vem se organizando no que se refere à atuação dos profissionais de apoio/monitores.

Dessa forma, como a bricolagem serve de abordagem metodológica do trabalho, a mesma permitiu ir delineando a pesquisa de acordo com as situações que surgiram no decorrer do processo investigativo. Atento meu olhar para uma escola que se destaca tanto pelo número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial matriculados na instituição de ensino quanto pelo número de profissionais de apoio/monitores que atuam nesse contexto. Essa instituição de ensino é denominada de escola A.

Após estes movimentos, outro contato foi feito com a escola para que, assim, pudesse realizar a pesquisa no contexto já mencionado aqui. Como as entrevistas foram feitas no ano de 2016, o número de alunos e profissionais de apoio/monitores modificou-se em relação ao início da pesquisa, agora tendo 18 alunos em situação de inclusão escolar e 6 profissionais de apoio/monitores atuando de 20 a 40 horas, dando conta de 11 alunos pertencentes ao público-alvo da educação especial matriculados na escola.

Dos seis profissionais de apoio/monitores, cinco²⁶ participaram de uma entrevista semiestruturada (Apêndice F). Entendo que a entrevista semiestruturada permite a exposição das experiências desses profissionais de apoio/monitores. Para esta entrevista, os seguintes eixos foram elencados:

²⁶ Cinco dos seis profissionais de apoio/monitores participaram da pesquisa, pois um dos profissionais estava em licença no período das entrevistas.

- Formação inicial
- Tempo de atuação
- Diagnóstico dos alunos
- Responsabilidades/ atuação no contexto escolar
- Orientações
- Vínculo empregatício
- Conhecimento dos documentos legais

À medida que o processo de escrita foi se estruturando, foi necessária uma nova conversa com a professora da educação especial, pois os profissionais de apoio/monitores mencionaram ser esta a profissional responsável por suas práticas e ações. Eixos como formação, compreensão sobre a função do profissional de apoio/monitor, conhecimento dos documentos legais, orientações e critérios para seleção do profissional de apoio/monitor, bem como para a decisão da presença do mesmo em sala de aula foram elencados para a estruturação de uma entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, posteriormente realizando-se uma construção analítica dos dados obtidos. Para Larrosa (2002, p. 21) “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação”. Para o autor, as palavras dão sentido ao que somos e ao que nos acontece, somos nossas próprias palavras, nossa própria linguagem. À medida que os sujeitos falam de suas experiências, é possível encontrar elementos que ajudam na realização do presente estudo.

4.1. A CONSTRUÇÃO DE EIXOS DE ANÁLISE

A partir da análise dos dados produzidos através das entrevistas semiestruturadas foram construídos eixos de análise. Fez-se aqui um movimento de leituras do material coletado, leituras essas feitas em distintos momentos ao longo da produção do presente trabalho, possibilitando a identificação do que se repete e/ou do que se contradiz no contexto escolar no que se refere ao profissional de apoio/monitor.

Na perspectiva do pensamento sistêmico e com base nos pressupostos de Maturana (1998, 2009, 2011), a realidade é produzida através das diferentes redes

conectivas que se entrelaçam mutuamente configurando determinado fenômeno. A esses fenômenos não se atribui uma única causa, pois são multifacetados, produzidos por nossas percepções e subjetividade. Estes fenômenos são compreendidos como experiências e elementos da experiência (SCHLICHTING; BARCELOS, 2012).

É por meio da linguagem que construímos uma realidade compartilhada. Para Maturana (2009, p.27) “a linguagem como fenômeno, como um operar do observador, não ocorre na cabeça nem consiste num conjunto de regras, mas ocorre no espaço de relações e pertence ao âmbito das coordenações de ação, como um modo de fluir nelas”. As relações consensuais de conduta tratam da construção de compreensões feitas a partir de um fenômeno comum. “Operamos na linguagem quando um observador percebe que temos como objetivo de nossas distinções linguísticas elementos do nosso domínio linguístico” (MATURANA; VARELA, 2011, p. 232). No domínio linguístico a situação é tratada como uma “descrição do meio comum aos organismos em interação” (MATURANA; VARELA, 2011, p. 232).

Dois grandes eixos de análise foram construídos a partir das ações consensuais estabelecidas enquanto observadora/pesquisadora. Considerando que é o observador que descreve o fenômeno ao qual está envolvido (MATURANA; VARELA, 2011), os eixos de análise abordados nos capítulos a seguir denominados de **possibilidades de atuação e as concepções sobre o papel do profissional de apoio/monitor no contexto escolar** são entrelaçados, pois o fio que se desenrola conduz a pesquisa e dá sentido à produção tecendo uma realidade compartilhada. Para Schiliching e Barcelos (2012, p 115) “o observador surge na linguagem” pois “tudo que é dito é dito por um observador a outro observador que pode ser ele ou ela mesma” (MATURANA E DÁVILA, 2009, p .119 apud SCHILICHTING E BARCELOS, 2012, p. 115). Portanto a linguagem opera como um espaço estabelecido por ações que se tornam consensuais, forma a rede de relações que constitui determinado contexto.

No primeiro eixo, denominado POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO são apontados os campos de atuação dos profissionais de apoio/monitores presentes no contexto da pesquisa; o regime de contratação destes profissionais com enfoque ao trabalho e ao trabalho docente; e a regulamentação da profissão do licenciado em educação especial. Para a produção analítica deste eixo, os seguintes autores foram utilizados: Marx (2010; 2013), TARDIF (2015) TARDIF e LESSARD (2005),

HONNEF (2013), LEME (2015), MARIN (2005), MATURANA E VARELA (2011), MEIRIEU (2002) E LARROSA (2002).

O segundo eixo de análise, intitulado AS CONCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR NO CONTEXTO ESCOLAR, apresenta as concepções que a escola possui sobre a função do profissional de apoio/monitor e como este sujeito entende seu papel neste contexto a partir das políticas públicas de inclusão escolar e das orientações oferecidas pela escola. Alguns questionamentos finalizam o capítulo como um momento de reflexão acerca da atuação de um profissional no contexto inclusivo. Os autores que conduziram o capítulo foram: MEIRIEU (2002), MATURANA E VARELA (2011) e MELETTI E BUENO (2014).

5. POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. (LAROSSA, 2002, p.21)

São pelas palavras que os sujeitos expressam a relação de trabalho que desempenham enquanto profissionais de apoio/monitores. O trabalho é, antes de tudo, símbolo, portanto é a própria linguagem em palavras que nos define como sujeitos.

Durante a entrevista semiestruturada, os profissionais de apoio/monitores foram questionados sobre sua formação, tempo de atuação, contratação, função no contexto escolar e conhecimentos sobre os documentos que orientam a atuação dos mesmos.

Eu não sou contratada como professora, então eu não tenho direito as férias de 60 dias. Que nem em qualquer um que trabalha no comércio, é 30 dias de férias, décimo, férias, intervalo. Eu também não participo de forma ativa dos planejamentos dela, eu só recebo e dou sugestões, o que eu acho bem chato porque a gente contribuiria bem mais, se ajudássemos nos planejamentos deles. (PA 3)

Nomear o que somos ou fazemos é mais do que simplesmente uma questão terminológica. O profissional de apoio/monitor, ao anunciar “*Eu não sou contratada como professora*” (PA 3), descreve um fenômeno que traz consigo uma reflexão sobre o espaço que este profissional ocupa e a função que desempenha.

Na entrevista com os sujeitos de pesquisa é possível observar que os profissionais de apoio/monitores estão todos vinculados à educação, com conhecimentos referentes ao desenvolvimento infantil, sendo a maioria destes do campo específico da educação especial, como mostra o quadro 2:

Quadro 2 - Profissionais de apoio/monitor. Formação. Tempo de atuação como profissional de apoio/monitor. Tempo de atuação na escola pesquisada. Ano Base – 2016.

PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR NA ESCOLA A
PA 1	Licenciatura Plena em Educação Especial	2 anos	2 anos
PA 2	Licenciatura Plena em Educação Especial	1 ano e 6 meses	1 ano e 6 meses
PA 3	Licenciatura Plena em Educação Especial – Especialização em Educação inclusiva	2 anos e 6 meses	2 anos e 6 meses
PA 4	Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia Institucional	2 meses	2 meses
PA 5²⁷	Magistério	4 anos	2 anos

Fonte: Elaboração própria com base no resultado das entrevistas realizadas no ano de 2016.

Como mostra o quadro 2, todos os profissionais possuem formação em educação, três deles possuem formação específica em educação especial e um está no início de sua formação. A grande presença de profissionais vinculados ao campo da educação especial torna-se desafiadora, e merece discussão quanto à formação inicial do professor da educação especial e às diferentes possibilidades de atuação que envolve esse profissional.

No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial é definida como uma modalidade

²⁷ Está iniciando os cursos de Licenciatura Plena em Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria.

de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Tem como responsabilidade a realização do Atendimento Educacional Especializado, disponibilizando e orientando quanto ao uso de recursos e serviços no processo de ensino e aprendizagem.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.10).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como principal função a identificação, elaboração e organização dos recursos, tanto de acessibilidade quanto pedagógicos; a fim de eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Esse atendimento é entendido como complementar e/ou suplementar ao ensino regular, tendo como princípio a autonomia e independência do sujeito na escola e fora dela.

Ainda na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ao tratar do professor da educação especial, é referendado que

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p. 11).

Já o trabalho do profissional de apoio/monitor, como mencionado na Nota Técnica nº 19/2010 (BRASIL,2010), trata-se de um serviço da educação especial, mas não menciona a formação necessária para atuar enquanto apoio ao aluno em situação de inclusão escolar. No entanto, no contexto da investigação, este serviço vem sendo prestado por um profissional da educação e grande parte destes possui formação para atuar enquanto professor da educação especial.

Neste momento, torna-se necessário discutir o trabalho e as implicações do mesmo na vida do ser humano. A palavra trabalho é descrita no Dicionário de Língua Portuguesa como 1. Emprego da força física ou intelectual para realizar

alguma coisa; 2. Aplicação dessas forças como ocupação profissional; 3. Conjunto das atividades humanas empregado na produção de bens. Trabalhar é uma palavra derivada do latim *tripaliare*, que nomeia o tripálio, um instrumento formado por três pedaços de madeira, que foi feito para manter presos condenados e animais. É considerado um instrumento de tortura.

Ao mencionar o trabalho na visão de Marx, Arruda (2012, p. 93) afirma que

Trabalho é atividade produtiva, prática do manejo dos instrumentos essenciais a todos os ofícios, associada à teoria como estudo da própria realidade e dos elementos e princípios fundamentais das ciências. Um trabalho que se fundamenta no saber mais atual, mais transformador, mais abrangente e que exclui toda oposição entre cultura e profissão.

Estudos de Marx (2010; 2013) permitem relacionar o trabalho como tortura, trabalho como humanização e o trabalho como alienação. Como anunciado por Honnef (2013), pode-se perceber a ligação do trabalho como tortura à educação dualista em que duas camadas da população possuíam acesso distinto à educação, ficando com nobres o direito ao estudo, ao intelectualismo; e com a camada menos favorecida, o trabalho braçal.

No entanto, o trabalho também humaniza o homem. Para Marx (2013), o trabalho é de fundamental importância na constituição humana, trata-se de um processo de ação do homem em contato com a natureza, que transforma a si próprio,

[...] defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2013, p. 326-327).

O homem transforma as coisas e é transformado por elas. Por meio do trabalho, o homem amplia a percepção que tem sobre si próprio e sobre o mundo ao qual pertence, compreendendo o trabalho como espaço que possibilita a realização dos seus sonhos.

A palavra alienação é derivada do latim *alienous*, que dá origem a “alheio, o que pertence ao outro”. O trabalho também é visto como alienação. A esta característica atribui-se o trabalho assalariado, pois este,

[...] apresenta ao trabalhador a ideia de que se tem um contrato livre entre empregador e empregado, porém, este não escolhe horário, ritmo de trabalho, salário. É submisso ao que o contrato lhe impõe, muitas vezes alheio, descuidado consigo mesmo, dando-lhe a característica de alienação (HONNEF, 2013, p. 33).

Tardif e Lessard (2005, p. 28 - 31), ao ponderar à docência como trabalho, versam que “Marx mostrou que o processo do trabalho transforma dialeticamente não apenas o objeto, mas igualmente o trabalhador, bem como suas condições de trabalho”.

Ao questionar os participantes da pesquisa sobre o contrato de trabalho, todos os profissionais afirmaram ser contratados pela escola em regime celetista regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Todos são contratados como instrutor de cursos livres. Ao responderem sobre seu contrato, os profissionais mencionam que este não é feito direcionado à sua área de atuação.

A carteira na verdade vem assinada de instrutor de curso livre, ele não é bem direcionado pra nossa área. (PA 2)

Eles fizeram como Instrutor de cursos livres, não tem assim, tutora. (PA4)

De acordo com a Classificação Brasileira de ocupações – CBO²⁸, estes profissionais “devem ser capazes de criar e planejar cursos livres, elaborar programas para empresas e clientes, definir materiais didáticos, ministrar aulas, avaliar alunos e sugerir mudanças estruturais em cursos” (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO). Para exercer esta função não há uma especificação quanto à formação exigida, pois depende da área de atuação. Os cursos livres não necessitam ser reconhecidos pelo Ministério de Cultura e Educação – MEC, diferente de uma escola de ensino regular que necessita deste reconhecimento para seu pleno funcionamento.

Ao questionar sobre os direitos oferecidos pela escola os participantes da pesquisa anunciam não saber dos mesmos. Apenas um dos sujeitos da pesquisa menciona conhecer seus direitos, comentando que

²⁸ Disponível em <<http://www.ocupacoes.com.br/>> Acessado em 01 de agosto de 2016.

Eu não sou contratada como professora, então eu não tenho direito as férias de 60 dias, né? É que nem qualquer um que trabalha no comércio, assim, é 30 dias de férias. Décimo, férias, intervalo. (PA3)

Entende-se que, neste espaço de pesquisa, há uma alienação, pois, na relação como a divisão do trabalho, o ser humano “vende” o que o constitui como humano, o trabalho.

Como trabalho é a essência do homem, essa essência só se realiza como alienada ou negada nas relações concretas reais que os homens mantêm com seus produtos, com sua própria atividade e com os outros homens (os não trabalhadores) na produção. (VÁSQUEZ, 2011, p. 406).

De acordo com Marx (2010), o homem não comanda a si próprio, assim, deixando de ser sujeito. Trata-se de um objeto nas mãos dos detentores dos meios de produção. Isso forma a sociedade, sua existência:

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens (MARX, 2010, p. 87)

Entende-se que o trabalho cria e recria a sociedade em geral, mesmo que alienada. Leme (2015) versa sobre esta alienação discorrendo que

O trabalhador vende sua força de trabalho, que se transforma ela própria em mercadoria, ao proprietário dos meios de produção. O valor de uso dos produtos do trabalho é substituído pelo valor de troca, e o ser humano acaba se subordinando à reprodução desse último, no interesse da expansão ilimitada do capital. O trabalho é alienado, é comprado por seu valor de troca e distancia-se do significado original de mediação com a natureza para produzir as condições humanas de vida. (LEME, 2015, p.88).

Portanto, a força de trabalho torna-se mercadoria criadora de valor, até mesmo de mais valor do que ela própria possui, onde os custos de produção do trabalhador assalariado, os custos para garantir que ele faça seu trabalho, mais a sua força de trabalho, geram o valor da força de trabalho; que é inferior ao valor do que ela produz. Tal alienação influencia nas condições de trabalho dos profissionais.

O campo de pesquisa trata-se de uma escola que, mesmo confessional, visa lucros, o que pode se relacionar com o conceito de mais valia, definido por Marx (2010) como um processo de produção de mercadorias através da mão de obra assalariada, ou seja, trata-se da diferença entre o valor final de determinada

mercadoria que foi produzida e a soma do valor dos meios de produção ao valor do trabalho.

Neste contexto escolar, com o profissional de apoio/monitor sendo em sua maioria habilitado a exercer as funções de professor da educação especial, pode-se pensar sobre o trabalho docente, mesmo que a legislação seja específica ao assumir que o profissional de apoio/monitor não exerce funções de cunho pedagógico; o que pode atribuir o sentido de que a educação especial não atue pedagogicamente, ou então, haverá um esvaziamento pedagógico da educação especial.

Tardif (2014) afirma que o trabalho docente é um processo de interações humanas, entendendo que

Os professores não buscam somente realizar *objetivos*; eles atuam, também, sobre um *objeto*. O objeto do trabalho dos professores são seres humanos individualizados e socializados ao mesmo tempo. As relações que eles estabelecem com seu objeto de trabalho, são, portanto, relações humanas, relações individuais e sociais ao mesmo tempo. (TARDIF, 2014, p. 128, *grifo do autor*).

Fica evidente que o trabalho docente é um conjunto de interações com os alunos, exigindo envolvimento do professor para obter a participação do educando no processo de formação. Tardif (2014) defende a ideia de um trabalho interativo e de saberes mobilizados pelos trabalhadores da interação. Para o autor, é necessário compreender as características da interação humana que marcam o saber dos atores que atuam juntos, como os professores com seus alunos numa sala de aula (TARDIF, 2014, p. 22).

O trabalho docente configura-se “como o trabalho executado pelo professor para dar conta do ensino” (MARIN, 2005, p. 37). No entanto, o profissional de apoio/monitor parece estar ganhando responsabilidade frente ao ensino deste aluno, porém com uma participação ainda limitada.

Não sou uma profissional de apoio e também não sou a educadora especial da escola. Eu desenvolvo um trabalho maior do que profissional de apoio, mas também não tenho total direito de participar. (PA 3)

Eu acho que a gente tem bastante envolvimento, praticamente a gente fica com aquele aluno e assume toda a responsabilidade dele. Mesmo que no papel quem vá responder por qualquer coisa seja o professor, na prática é a gente que tá assumindo as responsabilidades. (PA 2)

O plano dele é a professora regente que faz, adaptado de acordo com o da turma, ela faz o dele diferenciado. Quando ela tem dúvidas, ela solicita ajuda da educadora especial e algumas sugestões minhas e a gente vai adequando e tem dado certo. A aplicação das adaptações são minhas. (PA 6)

Parte das responsabilidades sobre o educando parecem ser assumidas pelo profissional de apoio/monitor corroborando para a compreensão de que aspectos pedagógicos também estão se tornando encargos dos mesmos. Talvez o fato de os profissionais serem do campo da educação e a maneira como a escola conduz a presença destes possam influenciar no entendimento de que podem ser responsáveis pelo planejamento pedagógico.

Faço elas participarem de todo o planejamento semanal que as professoras me mandam, eu procuro mesmo fora do nosso horário de reunião, se eu tenho dúvida eu chamo elas. As avaliações agora são todas adaptadas, então eu chamo uma por uma pra revisar as avaliações comigo, dar o ok delas porque eu não estou dentro da sala de aula pra ver a realidade, então tem coisas que eu me surpreendo, que eu digo isso aqui consegue fazer? Consegue. Outras coisas não, realmente concordam comigo que não. Então eu estou sempre em contato com elas, diário. (Professora da educação especial)

No discurso “*faço elas participarem de todo o planejamento semanal que as professoras me mandam*” (Professora da educação especial), há grandes responsabilidades frente aos planejamentos, pois estes são feitos pela professora regente, no entanto os profissionais de apoio/monitores passam a “supervisionar” tanto os planejamentos quanto as avaliações, “*eu chamo uma por uma pra revisar as avaliações comigo, dar o ok delas porque eu não estou dentro da sala de aula pra ver a realidade*” (Professora da educação especial).

Ao refletir sobre as reformas na formação de professores, o lugar ocupado pelos saberes dos professores vinculados à identidade profissional e ao papel que desempenham, Tardif (2014) aponta que a década de 1990 foi marcada por implantações de reformas, enquanto que a década atual espera-se ser marcada por tensões na função do professor e por contradições entre as concepções de seu saber e de sua função na escola e na sociedade.

A modificação no quadro de profissionais e a presença de um profissional de apoio/monitor da área da psicologia trouxe aspectos que precisaram ser administrados pela professora da educação especial, considerando o desconhecimento do profissional em relação a especificidade do campo pedagógico.

*por mais que a gente tenha reuniões semanais assim pra passar e ele frequenta junto com as educadoras especiais essas reuniões e as orientações e vejo que muitas vezes ele quer tomar conta até dos outros alunos da turma, ele confunde a função dele. Tá bem complicado assim, tem dias que eu tenho que fazer uma reunião extra com ele pra mostrar... porque tem outras crianças com dificuldade na sala de aula e quando eu vejo ele deixa o menino que ele tá trabalhando pra atender os outros e tudo, então assim, ele não tem, eu acho que ele tá funcionando mais como psicólogo do que como um **tutor pra essa criança com a necessidade, visando um pedagógico**. Eu já vi também que não foi positivo. (Professora da educação especial).*

No contexto do presente estudo é possível observar, com base no depoimento da professora da educação especial, um “*tutor para essa criança com a necessidade, visando o pedagógico*”. Parece haver uma concepção por parte da escola de que o profissional de apoio/monitor deva exercer funções pedagógicas, mas, para isto, necessita de formação específica neste campo.

Considerando que os profissionais estão vinculados à campos de licenciatura, entende-se que são ou serão professores, portanto, Tardif (2014) auxilia na compreensão de que o saber do professor provém de várias fontes e em diferentes momentos, tanto de sua vida quanto de sua história profissional. No entanto, atuando enquanto profissionais de apoio/monitores, em que momento utilizarão esses saberes? Tencionam seus saberes? Como utilizam seus saberes? Quais saberes são valorizados ao exercer este papel?

A professora da educação especial faz uma breve descrição sobre o papel do profissional de apoio/monitor no contexto escolar e vincula esta função à realização do Atendimento Educacional Especializado.

*[...] ela fica direto com a criança, agora ela tem me auxiliado no AEE também, as que são formadas, quando dá muito... que eu tenho que tá em outro lugar, atendendo um pai, eles tem auxiliado também no atendimento do AEE. Eu faço um plano e cada uma delas é responsável por uma criança, quando eu preciso eu chamo aquela tutora específica. Não é um rodízio qualquer, ela tem um vínculo com a criança e a princípio eu procuro botar a mesma tutora de sala de aula, então no turno inverso, como ela tá na escola também, **se preciso de ajuda no AEE é ela que eu chamo, pra não ficar aquele...monte de gente**. (Professora da educação especial).*

Na argumentação “*se preciso de ajuda no AEE é ela que eu chamo, pra não ficar aquele...monte de gente*” (Professora da educação especial), percebe-se uma preocupação com a quantidade de profissionais que atendem uma mesma criança. Considerando que o ser vivo é caracterizado por produzir a si próprio de modo

contínuo e essa organização é proporcionada pela rede sucessiva de interações (MATURANA E VARELA, 2011), as emoções possuem grande importância na aprendizagem do sujeito. Havendo uma organização dos profissionais que atendem um mesmo sujeito, existe um entendimento de que muitos profissionais acabam prejudicando essas relações com a criança, e isso reflete no processo de aprendizagem.

O fato dos profissionais de apoio/monitores realizarem o AEE parece corroborar para um deslocamento de função, pois estes não são contratados como professores da educação especial, e para além disso, entendo que se perde a relação pedagógica, pois esta exige o conhecimento e reconhecimento do outro, compreendendo que a “ação pedagógica deva trabalhar a relação suspensão/tensão oferecendo ‘dispositivos’ que permitam ao aluno tanto envolver-se quanto distanciar-se” (MEIRIEU, 2002, p. 179).

Torna-se necessário discutir e repensar sobre o trabalho do professor da educação especial, visto que essa profissão é reconhecida, mas não é regulamentada legalmente, assim como as demais licenciaturas. No ano de 2013, durante o 1º Seminário em Licenciatura em Educação Especial realizado no estado de Santa Catarina, iniciou-se a elaboração de uma minuta de Parecer Técnico a fim de ser enviada ao Conselho Estadual de Educação e ao Conselho Federal de Educação, bem como para a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência. Este documento teve como objetivo principal discutir a formação acadêmica e a profissão do licenciado em educação especial. Dividido em cinco eixos temáticos, o Seminário teve a participação de diferentes Universidades do estado de Santa Catarina, todas com o propósito de regulamentar a profissão do licenciado em educação especial. Os eixos temáticos foram os citados abaixo:

- Eixo 1 – Papel do Estado na Garantia do Direito ao trabalhador da Licenciatura em Educação Especial
- Eixo 2 – Qualidade nos cursos em Licenciatura de Educação Especial, currículo e Avaliação
- Eixo 3 – Atribuições e campo de atuação dos Licenciados em Educação Especial
- Eixo 4 – Formação Continuada e Valorização dos Profissionais com Licenciatura em Educação Especial

- Eixo 5 – Organização Sindical/Associações

Este documento não foi concluído e, portanto, não teve continuidade ao processo de regulamentação da profissão do professor da educação especial. É pertinente uma reflexão sobre o contexto vivenciado hoje pelos professores da educação especial, visto que Santa Maria já formou mais de 35 turmas de Licenciatura em Educação Especial, havendo um expressivo número de profissionais graduados anualmente sem campo de trabalho no contexto escolar, o que influencia a assumir o papel de profissional de apoio/monitor, devido as condições financeiras e trabalhistas.

Neste espaço escolar, a remuneração de um profissional de apoio/monitor é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para um regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, já para a professora da educação especial a remuneração para 20 (vinte) horas semanais é de R\$ 1.925,00 (mil novecentos e vinte e cinco reais). No entanto, ambos profissionais tem a mesma formação inicial, ou seja, a educação especial, e por vezes, suas funções escolares se tangenciam. Esta reconfiguração do trabalho e a disparidade de remuneração para profissionais com a mesma formação, mas contratados para exercer diferentes funções, estão vinculadas à assimilação e à visão que a escola tem sobre os documentos legais e normativos acerca deste profissional.

Ao questionar sobre o salário ser adequado às funções desenvolvidas no contexto escolar, os profissionais licenciados em educação especial afirmam não se sentirem satisfeitos com a remuneração paga pela escola, principalmente pela formação que possuem.

Não. Porque a gente estudou durante quatro anos e muitas vezes a gente está como um ajudante dentro da sala, então a gente não faz tudo o que a gente poderia fazer no caso, é meio restrito. (PA 1)

Acho que não. Porque, não sou uma profissional de apoio e também não sou a educadora especial da escola né. Eu desenvolvo um trabalho maior do que profissional de apoio, mas também não tenho total...direito de participar. A Universidade me educou pra trabalhar no AEE, numa sala de recursos, em um período, 45 – 50 minutos e não uma aula inteira como acompanhante”. (PA 3).

É interessante reconhecer que o discurso “a Universidade me educou pra trabalhar no AEE, numa sala de recursos, em um período, 45 – 50 minutos e não uma aula inteira como acompanhante” (PA 3) envolve uma reflexão entre as

relações do processo formativo e as possibilidades de atuação profissional. Ao afirmar que *“a gente estudou durante quatro anos e muitas vezes a gente está como um ajudante dentro da sala, então a gente não faz tudo o que a gente poderia fazer no caso, é meio restrito”* (PA 1) evidencia uma exposição de sentimentos em relação à formação que possuem e à atividade que desempenham. Aqui é possível perceber um questionamento quanto à própria identidade profissional, na certeza de que poderia fazer mais. Este fazer mais está vinculado às funções pedagógicas.

Entende-se a identidade como um processo de construção de sujeitos enquanto profissionais a partir das relações sociais. Quando há uma crise de identidade, esses profissionais acabam, por exemplo, descontentando-se com a realização de suas atividades, e apresentando uma descrença em seu papel profissional. Diversos motivos contribuem para a crise de identidade, como o baixo salário, pouco reconhecimento profissional e incredulidade em seu papel no contexto escolar. Trata-se de uma relação interligada entre o eu pessoal e o eu profissional.

Larrosa (2002), ao mencionar a experiência como um repensar-se no exercício da docência, permite ao sujeito uma reflexão sobre as relações consigo mesmo:

[...] os sujeitos não são posicionados como objetos silenciosos, mas como sujeitos falantes; não como objetos examinados, mas como sujeitos confessantes; não em relação a uma verdade sobre si mesmos que lhes é imposta de fora, mas em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir. (LARROSA, 2002, p. 54–55).

Atentar para o papel que tem a linguagem no processo de constituição da realidade é colocar em evidência as relações consensuais de conduta. Alguns pontos são elementos consensuais entre os profissionais de apoio/monitores, como a forma de contrato exercida pela escola; assumindo que não são contratados nem como professor da educação especial, nem como profissional de apoio/monitor.

Há consciência em relação aos direitos trabalhistas no entendimento de que estes diferem dos direitos dos professores do ensino regular, pois assumem responsabilidades pedagógicas frente ao aluno; também há uma questão salarial, pois possuem formação para atuar enquanto professor mas atuam como profissional de apoio/monitor e, apesar de assumirem responsabilidades pedagógicas, não são contratados como professores, pois não ocupam este espaço de reconhecimento

por parte da escola. O consenso destes pontos traz uma realidade compartilhada por esses sujeitos. Neste caso, uma realidade permeada por elementos de descontentamento diante da situação que vivenciam.

6. CONCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR NO CONTEXTO ESCOLAR

O sujeito da experiência é um sujeito “ex-posto”. Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “o-posição” (nossa maneira de opormos), nem a “imposição” (nossa maneira de impormos), nem a “proposição” (nossa maneira de propormos), mas a “exposição”, nossa maneira de “ex-pormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe”. (LARROSA, 2002, p.24-25).

Como visto anteriormente, muitos são os documentos que afirmam a necessidade de presença de um profissional de apoio/monitor para desenvolver funções de auxílio individual às necessidades de higiene, locomoção e alimentação dos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino.

Ao questionar a professora da educação especial da escola sobre como entende a função do profissional de apoio/monitor, a mesma compreende como um acompanhamento à criança em todas as atividades, sejam elas de necessidades básicas ou pedagógicas.

*[...] eu compreendo que o monitor, a função dele se resume em, depois do planejamento do professor estar pronto, o professor vir fazer uma troca com ele, tentar visualizar o aluno incluído, mas depois do planejamento da turma toda pronto. Então a professora tem uma noção de quais os conteúdos e a forma que ela pretende passar pra turma e junto com o monitor discutir qual a melhor forma pra conseguir atingir essa criança. [...] A gente lendo na Lei não é o monitor que tem que fazer o planejamento, ele tem que ajudar, mas chega num ponto, com alguns professores que eu tenho que fazer com que o monitor e eu, a gente programe as atividades e tente passar pra esse professor, as primeiras vezes a gente vai adaptar, vai te ajudar pra fazer, mas é complicado. Então **para mim o monitor é auxiliar nesse planejamento que vai ser executado durante o turno que a criança frequenta a escola e outra acompanhar a criança em tudo. Na alimentação, locomoção, higiene, mas principalmente no pedagógico, senão acho que não tem função da criança estar dentro da escola né.** (Professora da educação especial).*

Ao afirmar que o profissional atua “na alimentação, locomoção e higiene, mas principalmente no pedagógico”, a professora demonstra que a escola compreende as funções do profissional de apoio/monitor de acordo com o que está previsto nas

políticas públicas de inclusão escolar, todavia vai além; apropriando-se da legislação e do profissional de apoio/monitor envolvendo os aspectos pedagógico e entendendo que se não houver este auxílio “*não tem função a criança estar dentro da escola*”. Percebe-se que, havendo a retirada deste profissional, a inclusão escolar corre o risco de não acontecer, pois a escola responsabiliza estes profissionais pelos aspectos referentes à aprendizagem como anunciado na fala da professora da educação especial: “*para mim o monitor é auxiliar nesse planejamento que vai ser executado durante o turno que a criança frequenta a escola e outra acompanhar a criança em tudo*”.

O profissional de apoio/monitor vem organizando as ações frente aos processos pedagógicos do educando e acompanhando o desenvolvimento das atividades e o planejamento das mesmas, mesmo que essa não seja a função referendada nos documentos orientadores deste serviço.

*A gente recebe o planejamento pronto, já com a adaptação e enquanto a aula está acontecendo a gente vai adaptando as atividades que são do mesmo contexto da aula. **Normalmente não tem nada a ver com a da turma.** Da menina normalmente não tem nada a ver. **Tem o mesmo contexto, mas não é a mesma atividade, até porque ela não acompanha.** Já o menino não tem nada adaptado. A adaptação é o diálogo constante durante a atividade. (PA1)*

*Os planejamentos são todos com a professora da sala, daí **ela me passa e eu faço os exercícios com ela** (referindo-se a menina) (PA4)*

***O plano dele é a professora regente que faz,** adaptado, de acordo com o da turma. No total da turma, ela faz o dele diferenciado. Quando ela tem dúvidas, ela solicita ajuda da educadora especial e algumas sugestões minhas e a gente vai, vai adequando e tem dado certo. **A aplicação das adaptações é minha.** (PA5).*

Mediante a afirmação “*o plano dele é a professora que faz*” (PA 5) é possível perceber que o planejamento das atividades pedagógicas é de responsabilidade da professora regente, todavia, ao mencionar “*a aplicação das adaptações é minha*” (PA 5) responsabiliza-se a condução dos aspectos pedagógicos a um profissional que está previsto legalmente como um apoio individual às necessidades básicas como higiene, alimentação e locomoção.

Ao dizer que “*ela me passa (o planejamento) e eu faço os exercícios com ela*” (PA 4) os profissionais descrevem suas funções sem fazer referência a esses cuidados, mas sim às questões propriamente pedagógicas, pois as funções

mencionadas pelos profissionais direcionam para a elaboração e execução do planejamento.

Há uma modificação do conteúdo trabalhado em sala de aula, é diferenciado em relação aos demais alunos. *“Normalmente não tem nada a ver com o da turma”* (PA 1). Meirieu (2002, p. 160) ao discutir sobre as estratégias espontâneas de aprendizagem afirma que

A redução da complexidade dos parâmetros e alguns princípios metodológicos consagrados produz, de fato, um desperdício importante de atividades mentais e, às vezes, tende a cristalizar o sujeito em uma estratégia conveniente que não enriquece absolutamente seu repertório cognitivo e inclusive constitui um freio a seu desenvolvimento.

O papel do pedagogo é de suma importância para estimular a tomada de consciência dos fatores que estão em jogo. Há uma intenção de se considerar aspectos referentes aos atributos do sujeito anunciando possíveis implicações no trabalho que envolve os diferentes profissionais, seja na organização do planejamento, na reorganização curricular ou na execução das atividades.

Na ação de dizer o que a criança consegue ou não fazer sempre há a presença de um observador, neste caso o professor regente, o profissional de apoio/monitor e a professora da educação especial. Estes profissionais, enquanto observadores, participam ativamente na construção da realidade.

Há uma inseparabilidade entre o que fazemos e nossa experiência do mundo com suas regularidades [...] esta circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, nos diz que **todo ato de conhecer faz surgir um mundo**. (MATURANA E VARELA, 2011, p. 31-32, grifo do autor).

Apesar do pouco conhecimento que os cinco profissionais de apoio/monitores entrevistados possuem acerca dos documentos que orientam e normatizam o serviço do profissional de apoio/monitor, eles identificam elementos fundamentais envolvendo a compreensão do que sua função deveria abarcar; e se restringir a higiene, locomoção e alimentação, mas reconhecem que a sua atuação profissional está para além destas funções específicas.

A parte da locomoção, da alimentação. Mas também tem a parte pedagógica que não tá prevista e que a gente trabalha. (PA 3).

*Durante as reuniões, a educadora especial tem colocado bastantes coisas assim, a gente procura algumas leis pra discutir sobre isso e **eu acho que está bastante confusa as interpretações de cada um**. Quando eles falam do cuidador pra locomoção, higiene e alimentação eu acho que não contempla bem a nossa prática. É que a nossa prática vai de encontro ao pedagógico também e das necessidades desse aluno. (PA 2).*

Os profissionais referendam que “*está bastante confusa as interpretações de cada um*” (PA 2). Nesse sentido, estão confusas as interpretações considerando as diferentes funções que este profissional vem assumindo dentro da escola, as quais extrapolam o previsto nos documentos norteadores deste serviço, talvez pelo fato de não se ter definido a formação para atuar neste campo.

Compreendem que a legislação trata da higiene, locomoção e alimentação, mas afirmam que “*também tem a parte pedagógica que não tá prevista e que a gente trabalha*” (PA 3), pois o contexto escolar, para além das funções especificadas na legislação, envolve um ato pedagógico a partir da necessidade de acompanhar o educando público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino no decorrer das atividades propostas tanto em sala de aula quanto nos demais espaços escolares.

Ele não lê, e o que ele mais trabalha é na parte da matemática, porque do português é bem complicado, como ele não lê ele também tem uma interpretação muito difícil. (PA 3).

*No momento que eu cheguei me falaram que **era pra eu auxiliar eles nas atividades**. (PA 5).*

*[...] a gente se deu conta que precisava ter os monitores dentro da sala **pra poderem ajudar os professores e também ajudar no planejamento** que não era viável até então. (Professora da educação especial).*

Ao mencionar que desde sua contratação “era pra eu auxiliar eles nas atividades” (PA 5), o profissional reitera a função para a qual foi contratado, o que é confirmado pela professora da educação especial ao afirmar que a escola passou a contratar estes profissionais “*pra poderem ajudar os professores e também ajudar no planejamento*” (Professora da educação especial). A Resolução nº 4 (BRASIL, 2009), em seu Art. 13, descreve as atribuições do professor de Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Destaca-se que as funções referentes ao apoio ao professor do ensino regular são do professor da educação especial, e não do profissional de apoio. Mesmo reconhecendo que exercem funções para além do que é previsto legalmente, eles afirmam que os alunos com que atuam necessitam de apoio individual vinculado às questões pedagógicas.

*Precisam, diretamente no pedagógico, **porque eles não acompanham.*** (PA1).

*Pelo que eu observo deles, precisa. A menina mais, porque ela não consegue ainda. **Se tu não tiver ali em cima mostrando pra ela: tem que fazer isso agora, ela não faz, ela fica parada esperando e não faz. Ele até tem, ele sabe que tem que trocar o caderno, tem que pegar tal coisa, mas se tu não tiver ali, motivando, ele também não vai.*** (PA4).

Quando o profissional de apoio/monitor menciona que “*se tu não tiver ali em cima mostrando pra ela: tem que fazer isso agora, ela não faz, ela fica parada esperando e não faz*”, percebe-se que este é contratado pela escola quando o aluno não acompanha pedagogicamente os conteúdos de sala de aula, isto é reafirmado quando outro profissional refere-se a necessidade de seu apoio “*porque eles não acompanham*”. Questiona-se os critérios que definem a necessidade de um profissional de apoio/monitor para cada criança. A professora da educação especial afirma não haver critério específico, mas avalia a criança. Essa avaliação parece ser acerca do que a criança não consegue fazer e tem como principal sujeito o aluno com autismo.

*Não tem um critério específico, eu vejo assim, pela avaliação que eu faço da criança, principalmente como é o nosso caso aqui com as crianças autistas a questão de permanecer no mesmo ambiente. **A dificuldade de permanecer, de ter essa rotina do sentar, do permanecer em sala de aula e aí enquanto o professor tá explicando pro resto da turma, essa criança não tem controle de ficar, de não atrapalhar e de também tirar proveito dessa aula,** então é por onde eu vou selecionando. (Professora da educação especial).*

A avaliação mencionada pela professora da educação especial direciona para critérios que não envolvem auxílio ou dependência na realização de atividades de locomoção, alimentação e higiene. Sua argumentação parece focar nas questões comportamentais “*a dificuldade de permanecer, de ter essa rotina do sentar, do permanecer em sala de aula e aí enquanto o professor tá explicando pro resto da turma, essa criança não tem controle de ficar, de não atrapalha*” e pedagógicas “*também tirar proveito dessa aula*” (Professora da educação especial).

A professora da educação especial é quem tem o poder de decisão acerca da necessidade de um profissional de apoio/monitor para acompanhar determinado educando, mas a linguagem é essencial para esta determinação, considerando a necessidade de criação de um espaço consensual entre professoras – da educação especial e do ensino comum – frente às necessidades dos alunos.

*A princípio **sou eu que dou a última palavra,** eu vou conversando, vou vendo a criança, a maioria delas eu já conheço. Então mesmo algumas crianças que já são nossas desde a pré-escola que não precisavam de um profissional de apoio mas tinham auxiliar, quando vem pro primeiro ano, às vezes, a gente até deixa alguns dias sem monitora pra ver como as coisas vão acontecendo, mas **geralmente a gente já consegue ter uma visão geral pelo que a professora da série anterior passa ou quando é uma criança que vem de fora a gente já vê que sem monitora não vai conseguir.** (Professora da educação especial).*

Na ação de dizer “*sou eu quem dou a última palavra*”, a professora da educação especial necessita avaliar a criança e seu desenvolvimento em sala de aula para depois decidir a necessidade de um acompanhamento individual. Como anunciado anteriormente pela professora da educação especial, esta avaliação está pautada em aspectos comportamentais e pedagógicos.

Mediante a afirmação “*geralmente a gente já consegue ter uma visão geral pelo que a professora da série anterior passa ou quando é uma criança que vem de fora a gente já vê que sem monitora não vai conseguir*” parece ser feito um prognóstico em relação às habilidades acadêmicas do educando e a depender

dessas habilidades é inserido um profissional de apoio/monitor no espaço educacional para auxiliar este sujeito.

Ao expressar a necessidade da presença do profissional de apoio/monitor, parte-se da premissa de que a criança não conseguirá acompanhar a turma e isso permite compreendermos que as realidades que construímos ou fazemos emergir constantemente são compartilhadas e acontecem com base em nossas distinções. Para Maturana e Varela (2011, p. 47) distinções são:

O ato de designar qualquer ente, objeto, coisa ou unidade, está ligado à realização de um ato de distinção que separa o designado e o distingue de um fundo. Cada vez que fazemos referência a algo, implícita ou explicitamente, estamos especificando um critério de distinção que assinala aquilo de que falamos e especifica suas propriedades como ente, unidade ou objeto.

A partir do reconhecimento do ato de distinção na convivência humana, compreendemos a constituição da realidade. A unidade, coisa, objeto ou ente se define pelo ato de distinção, neste caso específico as professoras – da educação especial e do ensino comum – constroem um espaço consensual e fazem um movimento compartilhado de distinção frente as necessidades de determinado aluno visando o acompanhamento ou não do profissional de apoio/monitor.

A partir dos fundamentos do pensamento sistêmico “a realidade emerge para nós com base em nossas distinções” (VASCONCELLOS, 2014, p.250), por isso essa realidade sempre é construída por quem observa. Não existe realidade objetiva independente do seu observador. Conforme Maturana e Varela (2011), a unidade pode ser vista sob diferentes domínios, dependendo das distinções que fizemos enquanto observadores.

Como observadores, podemos ver uma unidade em domínios diferentes, a depender das distinções que fizemos. Assim, por um lado podemos considerar um sistema no domínio de funcionamento de seus componentes no âmbito de seus estados internos e modificações estruturais. Partindo desse modo de operar, para a dinâmica interna do sistema o ambiente não existe, é irrelevante. Por outro lado, **também** podemos considerar uma unidade segundo suas interações com o meios, e descrever a história de suas inter-relações com ele. Nessa perspectiva – na qual o observador pode estabelecer relações entre certas características do meio e o comportamento da unidade – a dinâmica interna desta é irrelevante. (MATURANA; VARELA, 2011, p.150-151, grifo do autor).

Baseado em sua perspectiva externa, o observador correlaciona os domínios, sendo ambos necessários para o entendimento de uma unidade. Ainda sobre o observador, Maturana e Varela (2011, p. 151) afirmam que “é ele quem reconhece que a estrutura do sistema determina suas interações ao especificar que configurações do meio podem desencadear no sistema mudanças estruturais”. Portanto, numa abordagem sistêmica, o observador sempre faz parte da rede de relações que se estabelecem em um determinado contexto.

Podemos observar no quadro 3 a realidade deste contexto escolar no que se refere aos alunos que possuem o apoio do profissional de apoio monitor.

Quadro 3 - Diagnóstico dos alunos que são acompanhados por profissional de apoio/monitor.

Participante	Diagnóstico do aluno que o profissional acompanha
PA 1	Déficit cognitivo
	Síndrome de Asperger ²⁹
PA 2	Déficit Cognitivo
	Autismo
PA 3	Autismo
	Dislexia e Déficit de atenção
PA 4	Síndrome de Down
	Síndrome de Down
PA 5	Autismo
	Autismo

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados obtidos através de entrevista semiestruturada com os profissionais de apoio/monitores.

²⁹ Com o DSM -5, passou-se a adotar a nomenclatura transtorno do espectro autista – TEA (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), no entanto, os termos Síndrome de Asperger e Autismo são utilizados conforme o mencionado pelos sujeitos da pesquisa, durante a entrevista semiestruturada.

Conforme o quadro 3, pode-se observar que dos nove alunos³⁰, oito pertencem ao público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Destaca-se a presença de um educando com diagnóstico de Dislexia e Déficit de Atenção que possui acompanhamento do profissional de apoio/monitor, mesmo que não se caracterize como aluno público-alvo da educação especial. O profissional de apoio/monitor, ao referendar o aluno em questão, menciona que o educando já possui hábitos de higiene, bem como habilidades de locomover-se e alimentar-se sozinho, necessitando apenas de apoio nos aspectos pedagógicos.

Ele é mais independente, não precisa tanto, ele já fala melhor, se expressa melhor, conversa. É mais independente desde pra ir no banheiro, pra comprar lanche, pra tomar água. Na parte pedagógica tudo o que ele lê ele não entende, então as professoras dão o conteúdo, eu leio pra ele e ele me responde. É assim que a gente trabalha, então eu preciso o tempo todo tá junto com ele. (PA 3).

O profissional de apoio/monitor do aluno com dislexia e déficit de atenção atua ao lado do educando todo o tempo em que este está na escola. Esta atuação é específica para as atividades de sala de aula regular, principalmente no apoio à leitura e à escrita, dificuldade compreensível quando envolve a Dislexia, visto que essa “é um transtorno específico das operações implicadas no reconhecimento das palavras (precisão e rapidez) que comprometem em maior ou menor grau a compreensão da leitura” (MOOJEN; FRANÇA, 2006, p. 167).

A professora da educação especial, ao falar sobre seu ponto de vista em relação à importância do profissional de apoio/monitor, cita os alunos que não são público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino, ponderando que estes, assim como os alunos em situação de inclusão escolar, necessitam do apoio pedagógico individualizado.

[...] eu acho que é realmente um profissional da educação especial que tem que dar todo esse suporte tanto pra criança, tanto pra escola, quanto pro professor, porque só eu coordenando a escola inteira, dando conta de todos, inclusive os de dislexia, TDAH, que fazem parte por um lado da educação especial e por outro não, a gente tem que dar conta do pedagógico deles e eles não tão em todos os momentos inseridos na educação especial, tanto que não consta nem no Censo esses casos, então isso me preocupa bastante. (Professora da educação especial).

³⁰ Na tabela constam 10 alunos, no entanto, um deles está contabilizado duas vezes, pois frequenta a escola em turno integral, tendo apoio de um profissional no turno da manhã (PA 2) e outro no turno da tarde (PA 5).

Conforme as orientações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão (SECADI/ 2014), não são considerados diretamente alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos, como o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Dislexia, entre outros. Sendo assim, o Censo Escolar não coleta informações referentes aos transtornos de aprendizagem e comportamentais.

Ao afirmar que o profissional de apoio/monitor *“é realmente um profissional da educação especial que tem que dar todo esse suporte tanto pra criança, tanto pra escola quanto pro professor”* (professora da educação especial) é necessário compreender o papel do observador (no caso o da professora da educação especial, da coordenação pedagógica e da direção da escola) na construção da realidade que compreende o profissional de apoio/monitor no exercício de funções para além do que está previsto na legislação. Ao serem questionados se desenvolvem ações específicas de apoio à higiene, locomoção e alimentação, a maioria das respostas por parte dos profissionais de apoio/monitores foi negativa.

Não. Eles são independentes nesse aspecto. (PA 1).

Não. Com o M, sim. Com a J poucas vezes eu preciso interferir na higiene. Ela ainda não vai lavar a mão, se não cuidar ela não puxa a descarga. (PA2).

Eu considero que sim, porque com o D **não tem como deixar ele sozinho pelo pátio, então eu acompanho ele no recreio, eu vou com ele no banheiro, mas eu espero pro lado de fora, só acompanho se ele lavou a mão, mas ele faz xixi sozinho, puxa a calça sozinho, mas eu fico o tempo todo observando ele.** Com o ...I do 6º ano não precisa. (PA3).

Sim. Só com ela. O menino vai sozinho. (PA4).

O H. está totalmente independente, ele fala quando ele quer, quando ele necessita. Claro, eu acompanho ele, faço a higiene nele, mas o ir, o pedir, ele sabe tudo, a descarga, lavar a mão...tudo isso ele já tem. Com o M.H. também. Ele aceita que fique oferecendo. (PA5).

Os profissionais de apoio/monitores entendem o apoio à higiene, locomoção e alimentação como cuidado, afirmando que *“não tem como deixar ele sozinho pelo pátio, então eu acompanho ele no recreio, eu vou com ele no banheiro, mas eu espero pro lado de fora, só acompanho se ele lavou a mão, mas ele faz xixi sozinho,*

puxa a calça sozinho, mas eu fico o tempo todo observando ele” (PA 3). A ação vinculada ao cuidado envolve os aspectos que se referem principalmente à higiene.

Com as redes conectivas tecidas mutuamente, é possível perceber a defasagem do ano escolar/idade de muitos alunos que possuem este acompanhamento, o que indica outra vez que este profissional está voltado para ações pedagógicas. Isso pode ser observado no quadro 4:

Quadro 4 - Diagnóstico dos alunos em situação de inclusão escolar. Idade e ano de escolarização.

Diagnóstico do aluno	Idade	Ano escolar
Déficit cognitivo	10 anos	3º ano
Síndrome de Asperger	09 anos	3º ano
Déficit Cognitivo	10 anos	4º ano
Autismo	11 anos	4º ano
Autismo	10 anos	3º ano
Dislexia e Déficit de atenção	12 anos	6º ano
Síndrome de Down	17 anos	8º ano
Síndrome de Down	13 anos	4º ano
Autismo	08 anos	1º ano

Fonte: Elaboração da autora através dos dados obtidos a partir da entrevista semiestruturada.

Meletti e Ribeiro³¹ (2014, p. 185) em estudo sobre os indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil indicam que “os dados de relação idade/série denunciam a precariedade da permanência e da inserção da população com necessidades educacionais especiais em processos efetivos de escolarização”. As autoras, concordam com Ferraro (1999, p.24) ao analisar que

³¹ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622014000200175> acessado em: 01 de outubro de 2016.

alunos com defasagem escolar superior a dois anos fazem parte do grupo dos excluídos na escola, havendo uma "exclusão operada dentro do processo escolar, por meio dos mecanismos de reprovação e repetência". Esta é uma realidade de toda a rede educacional brasileira ao envolver alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino, seja ela de ensino público ou privado.

Com esta realidade constituída, o profissional de apoio/monitor vem auferindo espaço nas escolas inclusivas, no entanto, como mencionado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI – Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), as funções deste são de exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e de atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias, afirmando que o mesmo não pode substituir as profissões legalmente estabelecidas.

No que se refere à função deste profissional no contexto escolar, é necessário questionar e discutir como o profissional de apoio/monitor pode intervir junto ao aluno público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino, no sentido de o educando aprender questões vinculadas à alimentação, higiene e locomoção e ir construindo um processo de independização.

Uma vez que se tem a presença de um profissional de apoio/monitor, este vai permanecer *ad infinitum* com esse aluno? De que forma esse profissional também pode ter um papel temporário no percurso escolar desse sujeito no sentido de desenvolver algumas habilidades que ainda não estão desenvolvidas, construir ferramentas e aprendizagens para sair de cena e deixar o sujeito experimentar-se sem este auxílio?

7. MOMENTO DE REFLEXÃO: POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência tem sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. (LARROSA, 2002, p.28)

O final é um convite para uma reflexão. Palavras como experiência, complexidade, sistemas, contextos e realidades permeiam o desenvolvimento deste trabalho. Entendo esta dissertação como um espaço de reflexão acerca do profissional de apoio/monitor, seja sobre sua função, seja sobre quem exerce este papel. Não há pretensão de minha parte em determinar direções a seguir, mas problematizar um assunto atual e incipiente no campo da educação quando se trata da inclusão escolar. No movimento de incertezas, que não podem ser reduzidas, acredito que a pesquisa possa oferecer possíveis caminhos e possibilidades.

Minhas experiências abrem as cortinas para entrar em cena tantos Pedros, Lucas, Davis e Anas. Foram eles que me trouxeram até aqui, que acompanharam a construção deste trabalho, e como num espelho, refletia junto à eles cada palavra, cada realidade construída. Na condição de pesquisadora, trago à cena as experiências que vivenciei com eles, um reflexo daquilo que nos acontece em um recorte temporal, mas que nos toca com uma intensidade que nos modifica. Agora, olho as cenas deste outro lugar que ocupo, podendo conceituar o que foi vivido.

Como um fio que se desenrola e costura o texto, a pesquisa problematiza a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de Ensino do Município de Santa Maria. Assim, duas perguntas nortearam este trabalho:

- **Como se caracteriza a atuação do profissional de apoio/monitor em uma escola da rede particular de ensino no município de Santa Maria?**
- **Como esses profissionais compreendem a sua atuação no contexto escolar?**

Como opção metodológica, a bricolagem possibilitou movimentos de aproximação e distanciamento do contexto investigativo, permitindo o uso de diferentes recursos – documentos orientadores às políticas públicas de educação especial, questionários, entrevistas semiestruturadas – para operar em cenários concretos, conectando teoria, técnicas e conhecimento de mundo procedentes da experiência.

Um primeiro movimento foi feito com o intuito de elencar quais documentos orientadores ao processo inclusivo referem-se ao profissional de apoio/monitor. Nove documentos, entre Leis, Pareceres, Decretos e Notas Técnicas, entre os anos de 1996 à 2015, foram analisados e descritos no decorrer do trabalho. Cada um com suas especificidades, e todos apontando o profissional de apoio/monitor às funções de apoio à higiene, locomoção e alimentação.

O segundo movimento foi direcionar o olhar para a rede privada de ensino. Escolas e alunos em situação de inclusão escolar foram identificados a partir dos dados estatísticos-educacionais a nível nacional, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Com os dados obtidos, as quatro escolas identificadas com o maior número de alunos em situação de inclusão escolar foram contatadas para uma primeira coleta de dados sobre a atuação de profissionais de apoio/monitores. Nestes espaços encontrou-se distintas possibilidades de atuação deste profissional, variando a formação, a forma de contratação e o salário dos mesmos.

Uma escola foi escolhida como campo de investigação. Sob a perspectiva de que diferentes realidades se tecem de maneira conjunta e processual, a busca por respostas possibilitou um encontro com cinco profissionais de apoio/monitores e uma professora da educação especial que atuam em uma escola da rede privada de ensino no município de Santa Maria. As experiências dos sujeitos da pesquisa permitiram a compreensão de como vem se constituindo o serviço do profissional de apoio/monitor.

Foi possível observar que os cinco profissionais de apoio/monitores estão vinculados à educação com conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, sendo quatro deles vinculados ao campo específico da educação especial, o que merece discussão quanto à formação inicial do professor da educação especial e as diferentes possibilidades de atuação que envolve esse profissional.

Os profissionais são contratados em regime celetista (CLT) como instrutores de cursos livres. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, estes profissionais têm como funções criar e planejar cursos livres, elaborar programas para empresas e clientes, definir materiais didáticos, ministrar aulas, avaliar alunos e sugerir mudanças estruturais em cursos. Não é especificada a formação exigida para atuar enquanto instrutor de cursos livres.

Um olhar para o trabalho e a função docente foi necessário. Sem ter muito conhecimento sobre seus direitos trabalhistas, os profissionais de apoio/monitores pertencem ao que Marx (2010; 2013) chama de trabalho alienado, pois considera que nessa categoria o trabalhador pouco ou nada sabe sobre o “seu pertencer ao outro”. O emprego, sendo uma negação do trabalho, em verdade, é a negação da condição humana de sujeito autônomo.

Sendo o trabalho docente entendido como um conjunto de interações entre professor e aluno, estes profissionais assumem algumas responsabilidades e funções frente ao ensino dos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino, mas afirmam não realizar todo o processo, visto que não participam da elaboração do planejamento; no entanto supervisionam o mesmo. O profissional de apoio/monitor assume algumas responsabilidades sobre o educando, o que corrobora para a compreensão de que aspectos pedagógicos também são obrigações dos mesmos.

Há uma preferência pela escola em contratar profissionais vinculados ao campo da educação especial, bem como o entendimento de que este profissional deve atuar pedagogicamente. Entre as funções exercidas está a realização do Atendimento Educacional Especializado. Isso possibilita uma reflexão acerca da profissão de professor da educação especial, que ainda não é legalizada, bem como uma definição de quem deve exercer o papel de profissional de apoio/monitor.

Ponderando que estes profissionais possuem formação para atuar como professores, há uma reconfiguração que aponta para um processo de precarização profissional do professor da educação especial e de desvio da função pedagógica, considerando que a atividade docente implica na interação entre professor e aluno; tendo como pressuposto alcançar objetivos educacionais.

Os profissionais de apoio/monitores exercem funções pedagógicas principalmente no que se refere à verificação do planejamento e das avaliações realizadas pelo professor regente do ensino regular, bem como a aplicação das mesmas. Reconhecem que sua atuação profissional está para além das funções específicas de apoio à higiene, locomoção e alimentação, assumindo funções que extrapolam o que é previsto nas políticas públicas de inclusão escolar.

A presença do profissional de apoio/monitor em sala de aula é justificada quando o aluno em situação de inclusão escolar não acompanha pedagogicamente a turma em que está inserido ou devido à questões comportamentais. Além dos

alunos em situação de inclusão escolar, um aluno com dislexia e déficit de atenção possui acompanhamento do profissional de apoio/monitor.

Aos alunos que possuem acompanhamento deste profissional é observado uma defasagem em relação ao ano escolar e a idade do educando, o que retoma a necessidade dos aspectos pedagógicos. Alguns alunos necessitam de apoio, principalmente, à higiene; no entanto, é necessário refletir sobre a intervenção do profissional de apoio/monitor com o objetivo de tornar o aluno público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino mais independente na realização das atividades.

Outra observação quanto aos documentos legais e normativos refere-se à falta de especificação de quem é esse sujeito que atua enquanto profissional de apoio/monitor. Estar como profissional de apoio/monitor não envolve profissão regulamentada e não constitui um campo de saber específico, mas sim uma função dentro do contexto escolar, podendo esta ser exercida por profissionais de diferentes áreas.

Reconheço que a educação inclusiva é um processo e que a necessidade de direcionamento através das políticas públicas de inclusão escolar torna-se cada vez mais presente. Com base na análise dos dados produzidos, o profissional de apoio/monitor vem ocupando papéis diferentes daquele mencionado nos documentos orientadores, adquirindo assim uma dimensão pedagógica.

Finalizo os movimentos feitos até aqui assumindo que a pesquisa evidencia a falta de legislações sobre o profissional de apoio/monitor no que se refere à formação e contratação, além do entendimento da escola de que, se existe um profissional no contexto que é pedagógico, este sujeito deve agir pedagogicamente. No entanto, acredito que o profissional de apoio/monitor, atuando especificamente nas suas funções já estabelecidas, deva agir em uma dinâmica contextual, oferecendo aos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino possibilidades de independização do sujeito.

Ao sujeito que deve exercer esta profissão, fica claro que não se trata de um professor da educação especial e nem a outro profissional docente. Cabe ao campo da educação especial se ocupar da discussão de quem poderia ser o profissional de apoio, visto que o momento atual é de precarização do trabalho docente, que, muitas vezes, leva a crise de identidade e ao limbo profissional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, M. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. In. GOMEZ, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 4, p. 83-101.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução Nº 2**, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf> Acesso em: 7 maio de 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica: 2013** – folder. Brasília: MEC/INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>> Acesso em 21 jun. 2015.

_____. **LEI Nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em 21 jun. 2015.

_____. MEC. INEP. **LDB 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em 7 maio 2015.

_____. MEC/CNE. **Resolução Nº 4**, que Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 21 jun. 2015

_____. MEC/SECADI/DPEE. **Nota Técnica Nº 24**, de 21 de março de 2013, que orienta os sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/ 2012. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 15 maio de 2015.

_____. SEESP/ GAB. **Nota Técnica nº 19**, de 08 de setembro de 2010 destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192> Acesso em: 7 abril 2015

_____. **DECRETO Nº 8.368**, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm> Acesso em: 18 jun. 2015

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul.2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127> Acesso em: 19 março 2016.

BRIDI, F. R. S.; MEIRELLES, M. C. B. **Atos de ler a Educação Especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados.** In: Educação & Realidade. v.39, n.3, jul./set.2014. p.745-768. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 16 de abril de 2015.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009.

CARNEIRO, M. S. C. **Práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais:** Diálogos com uma experiência em dois contextos educacionais. In: BAPTISTA, Cláudio R. (organizador). *Escolarização e Deficiência* [recurso eletrônico]: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. p. 175 – 187.

FERRARO, A.R. **Diagnóstico da escolarização no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 12, p. 22-47, set.-dez. 1999.

GEIGER, P. **Novíssimo Aulete** – dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2011.

HONNEF, C. **Trabalho Docente Articulado:** a Relação entre a Educação Especial e o Ensino Médio e Tecnológico. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2013.

KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. **Pesquisa em Educação:** conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência.** Revista brasileira de Educação. V. 19. Rio de Janeiro, jan./abr. 2002.

LEME, M. E. S. **Deficiência e o mundo do trabalho:** discursos e contradições. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MARIN, A. J. **O trabalho docente: núcleo de perspectiva globalizadora de estudos sobre ensino.** In: MARIN, Alda Junqueira (Coord.). *Didática e trabalho docente*. 2. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2005. p. 30-65

MARTINS, S. M. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial.** Programa de Pós-Graduação em Educação: Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC/ SC, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Trd. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MATURANA, H; VARELLA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.** 9º edição. São Paulo: Palas Athena, 2011.

MEIRIEU, P. **A Pedagogia entre o Dizer e o Fazer: a coragem de começar.** Trad. Fátima Murad – Porto Alegre: Artmed. 2002.

MELETTI, S.M.F; BUENO, J.G.S. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: análise dos indicadores educacionais brasileiros.** In: MELETTI, S.M.F; BUENO, J.G.S. (organizadores). *Políticas Públicas, Escolarização de Alunos com Deficiência e a Pesquisa Educacional*. 1. Ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013.

MELETTI, S.M.F; RIBEIRO, K. **Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil.** Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio-ago. 2014. 175- 189

Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 22 set. 2016.

MOOJEN, S; FRANÇA, M. P. **Dislexia: Visão Fonoaudiológica e Psicopedagógica** In: *Transtornos da aprendizagem*. Org. ROTTA, N. T. [et al.] – Porto Alegre: Artmed, 2006.

PELLANDA, N. M. C. **Maturana e a Educação.** Coleção pensadores & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: diretrizes orientadoras para a Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul – Caderno Pedagógico 01.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2014.

_____. **LEI Nº 14.448**, de 14 de janeiro de 2014. Cria categorias funcionais no Quadro dos Servidores de Escola, reorganizado pela Lei n.º 11.672, de 26 de setembro de 2001, e altera as Leis n.º 10.576, de 14 de novembro de 1995, e n.º 11.672, de 26 de setembro de 2001. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.448.pdf>> Acesso em: 2 de maio 2015.

SANTA MARIA. **Resolução CMESM nº 31**, de 12 de dezembro de 2011, que define Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS. Santa Maria, 2011.

SCHLICHTING, H.; BARCELOS, V. **Humberto Maturana: amar...verbo educativo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

STEMACHUK, A. C. da L.; MAZZOTTA, M. J. da S. **Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual**. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, maio/agosto. 2012.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Maria J. E. de. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 10ª ed. Rev. e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2013.

VÁSQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011

APÊNDICES

**APÊNDICE A – PRODUÇÃO CIENTÍFICA REFERENTE À TEMÁTICA
PROFISSIONAL DE APOIO, PUBLICADA NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES,
NO PERÍODO DE 2008 – 2014.**

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)
2012	Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual	Anáí Cristina da Luz Stelmachuk e Marcos José da Silveira Mazzotta. (Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP)

**APÊNDICE B – PRODUÇÃO CIENTÍFICA REFERENTE À TEMÁTICA
PROFISSIONAL DE APOIO, PUBLICADA NO BANCO DE TESES E
DISSERTAÇÕES CAPES, NO PERÍODO DE 2010 – 2014.**

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)
2011	Um estudante cego no curso de licenciatura em Música da UFRN: Questões de acessibilidade curricular e física	Isaac Samir Cortez de Melo (UFRN – RN)
2011	O Profissional de Apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial	Silvia Maria Martins (UFSC - SC)

**APÊNDICE C – ESCOLAS DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE SANTA MARIA
COM MATRÍCULA DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE INCLUSÃO ESCOLAR.**

Escola³²	Nº de alunos público- alvo da Educação Especial	Total de alunos na escola	% de alunos público- alvo da Educação Especial
Escola A	19	558	3,40
Escola B	10	495	2,02
Escola C	10	448	2,23
Escola D	8	421	1,90
Escola E	7	127	5,51
Escola F	5	1457	0,34
Escola G	4	316	1,26
Escola H	4	1439	0,27
Escola I	4	106	3,77
Escola J	3	233	1,28
Escola K	3	667	0,44
Escola L	3	508	0,59
Escola M	2	41	4,87
Escola N	1	420	0,23
Escola O	1	421	0,23
Escola P	1	467	0,21
Escola Q	1	876	0,11
Escola R	1	114	0,87
Escola S	1	105	0,95

³² As escolas que aqui não estão citadas não possuem alunos identificados no Censo Escolar 2013 como público-alvo da educação especial matriculado na rede regular de ensino.

APÊNDICE D – CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE DADOS INICIAIS DA PESQUISA



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa 3 – Educação Especial

Santa Maria, ____ de ____ de 2015.

Cara Colega,

A presença do Profissional de Apoio nas escolas da Rede Privada de Ensino do município de Santa Maria se constitui como temática da minha pesquisa de Mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação da Professora Fabiane Romano de Souza Bridi e coorientação da professora Sílvia Maria de Oliveira Pavão.

Para fins de pesquisa, gostaria de saber quantos alunos possui a escola por nível de ensino, quantos destes alunos são identificados como público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino, quais alunos frequentam o AEE e quais possuem o acompanhamento do Profissional de Apoio.

No que se refere a estes profissionais, gostaria de saber qual aluno é atendido pelos mesmos, bem como a turma/ano escolar em que atuam, formação inicial, vínculo empregatício e média salarial.

Em relação à escola, gostaria de saber desde quando a mesma passou a contar com a presença desse profissional de apoio. Os dados obtidos serão usados apenas para fins de pesquisa e tanto o nome da escola quanto dos profissionais serão mantidos em anonimato para preservar a identidade dos sujeitos.

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração.

Aguardo seu breve retorno.

Atenciosamente,
Manoela da Fonseca
Mestranda em Educação/ UFSM
Contato: (55) 91351246
e-mail: Manoela.educ.especial@gmail.com



Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Linha de Pesquisa 3 – Educação Especial

Nome da escola: _____

Número de alunos: _____

Número de alunos público-alvo da educação especial: _____

Aluno	Diagnóstico	Frequenta AEE*	Ano escolar	Monitor*
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				

Serviço do profissional de apoio desde: _____

* Responder Sim (S)/ Não (N)



Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Linha de Pesquisa 3 – Educação Especial

Monitor	Formação Inicial	Ano escolar do aluno	Diagnóstico Do aluno	Vínculo Empregatício e média salarial
A.				
B.				
C.				
D.				
E.				
F.				
G.				
H.				
I.				
J.				

APÊNDICE E – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa 3 – Educação Especial

Santa Maria, ____ de ____ de 2015.

Caro (a) Colega,

A presença do Profissional de Apoio nas escolas da rede privada de ensino do município de Santa Maria se constitui como temática de minha pesquisa de Mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob a orientação da professora Fabiane Romano de Souza Bridi e coorientação da professora Sílvia Maria de Oliveira Pavão.

Para fins de pesquisa, venho solicitar a autorização da Direção e Coordenação desta escola para realizar uma entrevista semiestruturada com os profissionais de apoio/monitores que atuam nesta instituição. O foco da entrevista é a atuação destes profissionais.

Os nomes dos profissionais serão mantidos em anonimato para preservação das identidades. Os dados obtidos serão usados apenas para fins de pesquisa.

Agradeço a disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,
Manoela da Fonseca
Mestranda em Educação/ UFSM

Contato: (55) 91351246
e-mail: Manoela.educ.especial@gmail.com

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PROFISSIONAIS DE APOIO/MONITORES



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa 3 – Educação Especial

Roteiro para a realização das entrevistas com os profissionais de apoio/monitores

1. Qual a sua formação inicial?
2. Há quanto tempo você atua como profissional de apoio/monitora?
3. Atualmente, com que aluno (s) você trabalha?
4. Qual a idade, ano de escolarização e diagnóstico do (s) aluno (s)?
5. Há quanto tempo você atua com esse (s) aluno (s)?
6. Você poderia descrever como é a sua atuação no contexto escolar?
7. Você desenvolve ações específicas de higiene, alimentação e locomoção?
8. O (s) aluno (s) com os quais você trabalha tem uma necessidade de um profissional de apoio/monitor? Por quê?
9. Quem orienta o desenvolvimento do seu trabalho? Como orienta?
10. Como é feito seu contrato? Quem contrata? O que está previsto neste contrato? Tem carteira assinada? Quais os seus direitos?
11. Você considera que o seu salário é adequado para as funções que desenvolve dentro da escola? Por quê?
12. Vivemos em um momento de discussão sobre a presença do profissional de apoio/monitor no contexto das redes de ensino de Santa Maria. Você já teve acesso/conhecimento aos documentos legais que norteiam a prática desse profissional nas escolas? Se sim, sua prática possui relação com a orientação contida nesses documentos? Por quê?
13. Dentro da sua formação profissional, você pensa que está desempenhando as funções as quais você estudou e/ou se formou? Hoje, de acordo com teu trabalho, o que você vê em suas práticas daquilo que a universidade te proporcionou?

APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa 3 – Educação Especial

Roteiro para realização da entrevista com a professora da educação especial da escola

1. Qual a sua formação inicial?
2. Há quanto tempo você atua na escola?
3. Como e quando surgiu a necessidade de haver profissionais de apoio/monitores na escola?
4. Você poderia descrever como compreende a função do profissional de apoio/monitor contexto escolar?
5. Quem decide a necessidade de um profissional de apoio/monitor para cada aluno? Que critérios são utilizados para essa decisão?
6. Quais critérios são utilizados para a seleção destes profissionais de apoio/monitores? Quem os seleciona?
7. Você orienta o desenvolvimento do trabalho deste profissional? Se sim, pode descrever como?
8. Quais as atribuições que são dadas ao profissional de apoio/monitor na escola?
9. Vivemos em um momento de discussão sobre a presença do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino de Santa Maria. Você já teve acesso/conhecimento aos documentos que norteiam a prática desse profissional nas escolas? Que conhecimentos você tem sobre o profissional de apoio/monitor?
10. As suas orientações estão vinculadas ao que é mencionado nos documentos orientadores?
11. Qual o salário base de um profissional de apoio/monitor, de um professor de ensino comum e de um professor da educação especial?



APÊNDICE H – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, _____ abaixo assinado, responsável pelo _____, autorizo a realização do estudo “Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor”, a ser conduzido pelos pesquisadores Fabiane Romano de Souza Bridi (Orientadora), Sílvia Maria de Oliveira Pavão (Coorientadora) e Manoela da Fonseca (pesquisadora).

Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa e as atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Santa Maria, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável

APÊNDICE I – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Termo de confidencialidade

Título do projeto: Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor

Pesquisador responsável: Silvia Maria O. Pavão (coorientadora) e Fabiane Romano de Souza Bridi (Orientadora)

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – FUE

Telefone e endereço postal completo: (55) 99786675. Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3169, 97105-970 – Santa Maria – RS.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes desta pesquisa, cujos dados serão coletados por meio de entrevista semiestruturada na escola escolhida como campo de pesquisa. Informam ainda que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do presente projeto.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na UFSM - Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3169 - 97105-900 - Santa Maria – RS por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Silvia Maria de Oliveira pavão e Fabiane Romano de Souza Bridi. Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 12/10/2016, e recebeu o número Caae 60146616.3.0000.5346

Santa Maria, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do pesquisador responsável.

APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor

Pesquisador responsável: Silvia Maria de Oliveira Pavão

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/UFSM - FUE

Telefone e endereço postal completo: (55) 99786675. Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3169, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Escola privada de Santa Maria-RS

Eu, Silvia Maria de Oliveira Pavão, responsável pela pesquisa ‘Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor’, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo. Esta pesquisa pretende conhecer como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede privada de ensino do município de Santa Maria/ RS, identificando quem são estes profissionais, que funções exercem no contexto escolar e perceber como compreendem a sua atuação nesse espaço.

Acreditamos que ela seja importante porque possibilita a reflexão sobre a função do profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino. Para sua realização será feito o seguinte: entrevista semiestruturada com profissionais de apoio/monitores e professora da educação especial, as quais serão gravadas, transcritas e analisadas. Sua participação constará no conceder e autorizar a realização da entrevista com a pesquisadora.

É possível que aconteçam desconfortos ou riscos a partir do cansaço mental pelo número de questões a serem respondidas. Os envolvidos também poderão sentir-se constrangidos ao responderem as questões. Os benefícios que esperamos com o estudo são que os sujeitos envolvidos colaborarão com o entendimento das funções do profissional de apoio/monitor, bem como na elaboração e interpretação das políticas públicas da educação especial no que se refere ao profissional de

apoio/monitor, uma vez que atualmente ocasiona preocupação de profissionais da área.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada inicialmente pela própria pesquisadora, que a luz das teorias orientará sobre suas dúvidas ou problemas que possam ter sido originados pela pesquisa, e ainda poderá, por meio do encaminhamento e acompanhamento de um psicólogo da Instituição, esclarecer e minimizar tais conflitos.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo; sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em

participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

=====

Assinatura do(a) participante

Assinatura da Pesquisadora